



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
09/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

Aos nove dias do mês de janeiro de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:45 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Vítor Manuel Fernandes Pereira chegou à reunião pelas 12:30 horas, por ter ido a uma consulta médica, pelo que só participou na discussão e votação dos assuntos a partir do ponto 34 da ordem do dia.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. **APROVAÇÃO DA ATA N.º 26, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2013**
2. **REQ. N. 2094/13, DATADO DE 23/12/2013 – PC N.º 380/13, DATADO DE 15/10/2013 – ARMÉNIO PRAZERES BATISTA**
3. **REQ. N. 1936/13, DATADO DE 27/11/2013 – PC N.º 260/13, DATADO DE 08/08/2013 – ANDREIA SOFIA DE OLIVEIRA MARTINS MARQUES JOÃO**
4. **REQ. N. 2105/13, DATADO DE 27/12/2013 – PC N.º 395/13, DATADO DE 25/10/2013 – JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA CALÉ**

5. REQ. N. 2003/13, DATADO DE 06/12/2013 – PC N.º 66/13, DATADO DE 13/03/2013
– ANA PAULA SANTOS NORTE
6. REQ. N. 2081/13, DATADO DE 19/12/2013 – PC N.º 29/13, DATADO DE 25/01/2013
– FRANCLIM JOSÉ SILVA ANDRÉ
7. REQ. N. 2013/13, DATADO DE 09/12/2013 – PC N.º 79/13, DATADO DE 22/03/2013
– DAVID JOÃO ALEXANDRE CARPINTEIRO
8. REQ. N. 2004/13, DATADO DE 06/12/2013 – PC N.º 278/12, DATADO DE
25/09/2012 – MANUEL ALVES DUARTE
9. REQ. N. 2046/13, DATADO DE 13/12/2013 – PC N.º 238/12, DATADO DE
13/08/2013 – TERESA CAETANO TOJEIRA FERREIRA
10. REQ. N. 2116/13, DATADO DE 31/12/2013 – PC N.º 424/13, DATADO DE 07/11/2013
– VIPEX - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, S.A.
11. REQ. N. 2115/13, DATADO DE 31/12/2013 – PC N.º 435/13, DATADO DE 19/11/2013
– VIPEX - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, S.A.
12. REQ. N. 1988/13, DATADO DE 04/12/2013 – PC N.º 383/13, DATADO DE
16/10/2013 – ANTÓNIO XAVIER VIEIRA PEDRO
13. REQ. N. 2027/13 , DATADO DE 11/12/2013 – PC N.º 454/13 , DATADO DE
11/12/2013 – ANTÓNIO FERNANDO DA SILVA CALADO
14. REQ. N. 1972/13 , DATADO DE 02/12/2013 – PC N.º 36/11 , DATADO DE
02/02/2011 – JOSUÉ JERONIMO INÊS
15. REQ. N. 2053/13 , DATADO DE 13/12/2013 – PC N.º 491/2013 , DATADO DE
13/12/2013 – DORA SOFIA DA CRUZ FRANCISCO
16. REQ. N. 2039/13 , DATADO DE 12/12/2013 – PC N.º 321/2013 , DATADO DE
13/09/2013 – MARIA ALEXANDRA ROSENDO SILVA GARRIDO
17. REQ. N. 2029/13, DATADO DE 11/12/2013 – PC N.º 120/13 , DATADO DE
24/04/2013 – ANA CRISTINA DOS SANTOS VIEIRA
18. REQ. N. 1496/12, DATADO DE 10/09/2012 – PC N.º 230/05, DATADO DE
28/03/2005 – MARIA ANTONIETA GOMES MAGALHÃES
19. REQ. N. 1422/11, DATADO DE 12/07/2011 – PC N.º 257/09, DATADO DE
23/11/2009 – CERÂMICA DO ENGENHO, LDA.

20. REQ. N.701/09 , DATADO DE 23/03/2009 – PC N.º 87/04, DATADO DE 30/01/2004 – CONSTRUÇÕES M. VIEIRA E OLIVEIRA, LDA.
21. REQ. N. 10/11, DATADO DE 05/01/2011 – PC N.º 120/10, DATADO DE 31/05/2010 – JOANA CRISTÓVÃO OLIVEIRA MARTINS
22. REQ. N. 1968/13 , DATADO DE 29/11/2013 – PC N.º 150/13 , DATADO DE 17/05/2013 – RATISBONA PROMOÇÕES E CONSTRUÇÕES SOCIEDADE UNIPessoal, LDA.
23. REQ. N. 1002/11, DATADO DE 13/05/2011 PC N.º 342/97, DATADO DE 21/03/1997 – BANCO POPULAR PORTUGAL
24. REQ. N. 2064/13, DATADO DE 17/12/2013 – PC N.º 461/13, DATADO DE 17/12/2013 – IPTV TELECOM – TELECOMUNICAÇÕES, S.A.
25. REQ. N. 2062/13, DATADO DE 16/12/2013 – PC N.º 459/13, DATADO DE 16/12/2013 – LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
26. REQ. N. 2060/13, DATADO DE 16/12/2013 – PC N.º 457/13, DATADO DE 16/12/2013 – LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
27. REQ. N.º 6/14, DATADO DE 06/01/2014 – PC N.º 2/14, DATADO DE 06/01/2014 – LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
28. REQ. N. 2061/13, DATADO DE 16/12/2013 – PC N.º 458/13, DATADO DE 16/12/2013 – EDP-DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A
29. REQ. N. 5/14, DATADO DE 06/01/2014 – PC N.º 1/14, DATADO DE 06/01/2014 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
30. REQ. N. 1996/13, DATADO DE 05/12/2013 – PC N.º 450/13, DATADO DE 05/12/2013 – RUI MANUEL FERREIRA GOMES
31. REQ. N. 2096/13, DATADO DE 26/12/2013 – PC N.º 25/12, DATADO DE 25/01/2012 – MARIA DA SAUDADE PEREIRA ANDRÉ
32. REQ. N. 2076/13, DATADO DE 18/12/2013 – PC N.º 446/13, DATADO DE 29/11/2013 – SANTOS BAROSA – VIDROS, S.A.
33. REQ. N. 85/13, DATADO DE 04/04/2013 – PC N.º 446/13, DATADO DE 04/04/2013 – LUÍS ANTÓNIO RAMOS GOMES

34. "CONSTRUÇÃO DA CICLOVIA E BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA ATLÂNTICA" – CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2013 (DISU) – APROVAÇÃO DE TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES.
35. "REQUALIFICAÇÃO DA RUA DAS LARANJEIRAS" – CONCURSO PÚBLICO N.º 13/2013 – APROVAÇÃO DE ERROS E OMISSÕES.
36. "RESERVATÓRIO APOIADO DA ZONA DE ABASTECIMENTO DA ESTAÇÃO" - CP N.º 12/2013 - LISTA DE ERROS E OMISSÕES.
37. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
38. ATUALIZAÇÃO DE RENDAS REFERENTES AO BAIRRO DO CAMARNAL VELHO, PRACETA DA LIBERDADE E RUA JÚLIO BRAGA BARROS, AS QUAIS SE ENCONTRAM SOB O REGIME DE RENDA APOIADA, COM ENTRADA EM VIGOR A 01 DE FEVEREIRO DE 2014
39. REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE AO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA HABITAÇÃO N.º 47, SITA NA RUA BAIRRO DO CAMARNAL – CLÁUDIA MARGARIDA CARDOSO LOPES - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO
40. PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO INDUSTRIAL NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE: 2014.
41. RESUMO DE TESOURARIA
42. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

INCLUSÃO DE PROPOSTAS NA ORDEM DO DIA

1 - O Sr. Presidente pediu para que seja aceite a inclusão na ordem do dia da presente reunião de dez processos de obras particulares, atendendo a que entre a data da distribuição da ordem do dia e o dia de hoje ficaram em condições de poderem ser aprovados.

Este pedido foi aprovado por unanimidade.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Sr. Vereador António Santos** começou a sua intervenção desejando a todos um Bom Ano de 2014.

De seguida abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Colocou a questão da abertura da creche social, enumerando as várias entrevistas dadas pelo Sr. Presidente da Câmara a alguns jornais da região em que a data de abertura ia sendo sucessivamente adiada, terminando com a informação do Jornal de Leiria, de 2014, que anuncia que a creche só vai funcionar em 2014 ou 2015. Em face desta notícia perguntou porquê só nessa data a sua concretização, se é uma obra de carácter social;
- ⇒ Sabe que em agosto de 2013 estiveram na Câmara, a falar com o Presidente, os proprietários do relvado da Portela, pelo que perguntou qual é atualmente a situação concreta.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira colocou as seguintes questões:

- ⇒ Qual a razão de ainda não estar a ser feita a gravação das reuniões da Câmara, uma vez que o Presidente disse que não tinha verba em 2013 e ela já se encontra orçamentada em 2014;
- ⇒ Para quando a disponibilização do espaço físico para os Vereadores;
- ⇒ Qual o motivo do atraso na aprovação e disponibilização das atas das reuniões;
- ⇒ Quais as conclusões da visita do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros à Marinha Grande, pois certamente que terão importância para o concelho. Só soube desta visita depois de ela ter acontecido, uma vez que ocorreu no dia 20 de dezembro e não no dia 13, como o Sr. Presidente tinha informado inicialmente, e de cuja alteração deveria também ter informado os Vereadores;
- ⇒ Foi ou não realizado o programa de televisão para o qual foi aprovada uma modificação ao orçamento com uma verba para aluguer de palco.

Referiu-se ainda à falta de sinalética na Marinha Grande, que não permite aos que nos visitam encontrar o Museu do Vidro, a Resinagem ou a Casa da Cultura. Por outro lado alguma da sinalética existente foi tapada aquando das obras no centro, e agora, passados dois meses sobre a abertura da estrada à circulação, a referida sinalética ainda não foi descoberta.

Voltou a abordar o assunto referente ao envio das informações técnicas, fazendo-o nos seguintes termos:

“Envio de informação técnica:

A minha insistência de pedir que os pontos da ordem do dia tragam os pareceres técnicos não é apenas para aborrecer, mas simplesmente para que possa decidir em consciência com a análise das situações.

Relembro que foi aqui lido um parecer jurídico que citava a lei, dizendo: “O artigo 53.º, nr 2, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, estipula que: a ordem do dia é entregue a todos os membros do órgão com a antecedência mínima de dois dias uteis sobre a data do início da sessão ou reunião, enviando-se-lhes, em simultâneo, a respectiva documentação”.

Reforço que a lei é clara referindo que a respectiva documentação é enviada EM SIMULTANEO (ao mesmo tempo).

Relembro que a informação da reunião nr. 23, de 31/10, e nr. 24 de 14/11, chegou-nos correctamente porque ficou definido na reunião nr. 22, de 25 de Outubro, que a documentação que fundamentasse as decisões seria digitalizada e enviada juntamente com a ordem do dia, cumprindo a lei. Ficou ainda definido que assim seria sempre que a documentação tivesse menos de 15 páginas (pode ser confirmada na ata).

Em 2 de Dezembro apresentei um requerimento para que a informação nos fosse enviada em simultâneo. Na reunião seguinte foram enviados mais pareceres, e eu agradeci, embora pedisse que fossem enviados todos. O Sr. Presidente disse que ia tentar e nesta convocatória voltaram a não ser enviados os pareceres técnicos. Porque deixamos de fazer?

Caso a informação técnica ou outra de especial relevância para o entendimento do processo não me seja enviada em simultâneo com a ordem de trabalhos, conforme define a lei, leva-me à reflexão de que parece falta de transparência, para além de desrespeito pelo exercício das funções que desempenho. Limitar a informação que me chega é um artifício que não se justifica nos dias de hoje, isto é, fazer depender o acesso à informação através de um meio (deslocação ao edifício) obstaculizador, pouco prático, nada célere, não é admissível. Se tal continuar a acontecer, procederei em conformidade com o que indica a lei.”

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** começou a sua intervenção saudando todos os presentes.

De seguida abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Questionou o que se passa com a resposta a todos os seus requerimentos, porque ainda não lhe foi enviada nenhuma, o que não lhe parece aceitável;
- ⇒ Perguntou qual a evolução das negociações com a empresa que está a fazer a obra da Casa da Cultura;
- ⇒ Pediu novamente a discussão do assunto relativo ao prazo de inscrição para o atendimento nas reuniões públicas, uma vez que hoje há mais um munícipe que pretende falar e não se inscreveu na 6.ª feira. Referiu que o prazo que está a ser utilizado não foi votado pelo executivo, e está a ser imposto unilateralmente, uma vez que a proposta de intervenção do público foi feita por si e nunca propôs qualquer prazo e em nenhum momento foi definida a 6.ª feira, pelo que acha que este prazo é de duvidosa legalidade. Assim, propôs que hoje se discuta este assunto e que se defina um prazo razoável, pois não entende a justificação dada

pelo executivo permanente de que se destina a incluir as intervenções na ordem do dia, uma vez que não tem capacidade para a enviar no prazo, vai sempre no limite e fora de horas, e depois ainda são enviados pontos fora de agenda.

O **Sr. Presidente** insurgiu-se contra estas afirmações, dizendo que retirava os assuntos fora de agenda que já tinha pedido para serem incluídos e que tinham sido aceites.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** retomou a palavra e disse que aceitou esses assuntos, que aceita e que sempre os aceitará, por serem do interesse dos munícipes.

- ⇒ Seguidamente voltou ao assunto em discussão, pedindo para que seja encurtado o prazo para inscrição dos munícipes, se possível até ao próprio dia, uma vez que os munícipes vêm intervir e sugerir. Caso pretendam reclamar ou obter uma resposta, ela será fornecida posteriormente. Assim, voltou a reforçar o pedido ao Sr. Presidente e a todos os colegas da vereação para que hoje fique decidido este assunto, definindo-se um prazo o mais curto possível.
- ⇒ Perguntou, dirigindo a questão ao Sr. Vereador Paulo Vicente, para quando o cumprimento da legalidade por parte da TUMG no que se refere à transparência.
- ⇒ Referiu que é injustificável e incompreensível que o executivo com pelouros não informe os seus colegas quando se verificam visitas dos governantes ao nosso concelho, como foi o caso do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Entende que a Câmara deve receber, mas ao mesmo tempo deverá preparar estas visitas do poder central, sendo salutar que exista o pedido do contributo de todos.
- ⇒ Anunciou que irá apresentar por escrito diversos requerimentos a solicitar informações escritas e detalhadas sobre diversos assuntos.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** também começou a sua intervenção cumprimentando todos e desejando um bom trabalho, a bem dos munícipes e do concelho.

De seguida abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Referiu que a passadeira para peões que fica junto ao seu escritório, na Av.ª José Gregório, é local de graves acidentes, como o que aconteceu esta semana, encontrando-se uma pessoa hospitalizada, em risco de vida, daí que tenha sugerido a colocação de lombas antes da passadeira, embora reconheça que tem contras, ou outra forma que resolva o problema da melhor maneira.
- ⇒ Levantou a questão que lhe foi colocada por um munícipe, que manifestou o seu desagrado pela proibição do estacionamento em frente aos Bombeiros de Vieira de Leiria, por entender que não prejudica o trânsito.
- ⇒ Na Assembleia Municipal foi levantada a questão da remodelação do site da Câmara, que entende ser necessária, pois é a porta de entrada para muitos munícipes.

⇒ Relativamente aos assuntos fora de agenda disse que no anterior mandato sempre foi confrontada com esta situação, porque a sua razão de ser é a resolução de mais um problema dos munícipes, por isso entende que se deve defender e não dar uma no cravo e outra na ferradura.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** pediu para intervir novamente, dizendo que a Vereadora Alexandra ouviu mal (a Sr.^a Vereadora protestou, dizendo que não é surda), ou que propositadamente deturpa o que diz, pois nunca o ouviu dizer que é contra a inclusão de pontos fora de agenda. Sempre foi favorável, é favorável e sempre será, no sentido de facilitar a vida aos munícipes, daí que também noutras situações entenda que se deva facilitar.

Relativamente à questão da creche, levantada pelo Sr. Vereador António Santos, o **Sr. Presidente** informou que o edifício só foi entregue à Câmara há pouco tempo, e só a partir dessa altura é que se pode discutir o projeto com a Segurança Social, pois a instalação da creche tem que ser negociada com esta instituição.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou também que os projectos das especialidades foram encomendados fora e agora têm que ser compatibilizados com o projeto, com vista ao lançamento do concurso.

O **Sr. Vereador António Santos** perguntou se é verdade que o edifício só tem um contador de eletricidade.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que há um contador para partes comuns e um contador comum para as instituições, e que haverá um contador para a parte da creche.

O Sr. Presidente disse que é bom que se saiba que a creche não vai arrancar com um serviço de 24 horas. Primeiro arranca com o horário normal, e só depois é que será celebrado um contrato atípico com a Segurança Social para que algumas crianças possam ficar 24 horas, mas não serão todas as crianças.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** perguntou por que razão é possível fazer essa alteração num segundo momento e não logo desde o início, tendo o Sr. Presidente respondido que é assim que se faz o procedimento com a Segurança Social.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que é fundamental que nos preocupemos com esta situação, pois as questões abordadas pelo Vereador António Santos referem-se ao facto de o processo se ter prolongado no tempo. Relativamente ao serviço funcionar ou não 24 horas, entende que a preocupação da Segurança Social é a de que as crianças não sejam “depositadas” nas creches durante 24 horas, mas sim criar condições para combater o enorme absentismo das mães. Por último, e tendo em conta que a creche vai ser gerida pela ADESER, decisão com que concorda, sugeriu que desde já se envolva a instituição.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que a ADESER está envolvida no processo desde o seu início e tem participado nas reuniões da Segurança Social.

O **Sr. Vereador António Santos** disse estar esclarecido e que o importante é a celeridade do processo com vista à abertura da creche.

O Sr. Presidente respondeu ainda o seguinte:

- ⇒ Em relação ao espaço físico, informou que está a fazer todos os esforços para que o espaço seja disponibilizado o mais rápido possível;
- ⇒ Relativamente à disponibilização das atas referiu que o pessoal da Câmara é o que existe e que tem direito a férias, muitas vezes gozadas nesta altura de final do ano, por isso pensa que não está atrasada.
Nesta altura o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** manifestou discordância com a resposta à questão que tinha levantado, pelo que o Sr. Presidente referiu que não daria mais nenhuma resposta uma vez que está sempre a ser interrompido.
- ⇒ De seguida anunciou que pretende pôr à votação o pedido para retirar os assuntos fora de agenda que inicialmente tinha submetido a votação e tinham sido aceites.

Após este anúncio todos os membros do executivo se envolveram em troca de palavras, o que levou o Sr. Presidente a propor a interrupção da reunião.

2 - Tendo em conta que os ânimos se acalmaram, a reunião prosseguiu, com o Sr. Presidente a colocar à votação a retirada dos assuntos fora de agenda que inicialmente tinha submetido a votação e tinham sido aceites.

Esta proposta foi rejeitada por maioria, com 5 votos contra dos Srs. Vereadores Paulo Vicente, Alexandra Dengucho, Aurélio Ferreira, Carlos Logrado e António Santos, e 1 voto a favor do Sr. Presidente, pelo que os assuntos não incluídos na ordem do dia serão discutidos nesta reunião.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** pediu ao Sr. Presidente que atenda ao soberano interesse dos munícipes, que exige que os assuntos fora de agenda sejam discutidos.

3 - Seguidamente o **Sr. Vereador Carlos Logrado** voltou à questão da intervenção do público, propondo ao Sr. Presidente que seja votada a excecionalidade da intervenção de um munícipe que se encontra presente e que não se inscreveu antecipadamente.

Posta à votação, foi aprovada por unanimidade a excecionalidade da intervenção do munícipe.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Terminado o período de antes da ordem do dia seguiu-se a intervenção do público

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

1 – A Sr.ª Susana Batista Cardoso, residente na Rua Carlos da Silva Couceiro, Ordem, Marinha Grande, expôs o assunto relacionado com o mau estado do pavimento da rua onde reside, referindo que apesar de serem poucos moradores a rua tem muita utilização, porque ali há uma escola primária e uma escola de judo. Referiu que em agosto passado foram alcatroadas as ruas circundantes, mas os trabalhos pararam, pelo que pretende saber porque não continuaram.

Por fim lamentou não haver um portal da sua rua, para poder assim apresentar a sua reclamação.

O **Vereador do pelouro, Sr. Paulo Vicente**, informou que já se deslocou à rua e tem a informação dos serviços, confirmando que a rua tem carências, embora não tenha buracos, mas precisa de uma pavimentação, só que antes desses trabalhos a rede de águas terá que ser renovada e feita a validação da rede de saneamento. Informou ainda que os serviços vão avaliar a situação, para que seja lançado o procedimento e feita a obra ainda este ano, pois a rua só tem 150 metros.

2 – O Sr. Carlos Franco, na qualidade de Presidente da Associação Cultural e Recreativa da Comeira, expôs o seu assunto, relativo aos apoios prometidos pela Câmara à coletividade, na sequência de uma reunião realizada em março de 2013 com a Vereadora de então. No seguimento dessa promessa, ele próprio prometeu aos sócios, em Assembleia Geral de setembro de 2013, fazer obras, que se iniciariam em outubro. Como as mesmas implicam demolições, o Vereador Paulo Vicente disse que era muito difícil encontrar local para depositar os entulhos. Depois de ter procurado, na passada 3.ª feira encontrou um local onde era possível esse depósito e então deslocou-se à Câmara para falar com o Vereador e transmitir-lhe esta informação, mas não conseguiu. Mandaram-no da Câmara para os estaleiros, dos estaleiros novamente para a Câmara, falou com a secretária, que o informou que o Vereador não estava, e com toda esta situação acabou por se chatear e enervar, razão pela qual hoje se dirigiu à reunião pública e pediu para intervir, referindo que não pretende criar qualquer embaraço ou constrangimento ao executivo. Depois deste enquadramento, o Sr. Franco informou então que a firma Reparmolde precisa de cerca de 10 a 20 camiões de entulho, e como no próximo domingo se realiza o almoço de aniversário da coletividade, e porque os sócios vão perguntar para quando as obras, gostaria de levar daqui uma resposta para lhes transmitir, uma vez que lhes prometeu que as obras arrancavam em setembro e ainda não começaram. Terminou a sua intervenção pedindo a ajuda da Câmara e aos eleitos que honrem o seu lugar. Não está a favor nem

contra ninguém, apenas defende a Associação Cultural e Recreativa da Comeira e pretende ajudar a coletividade a levar a bom porto os objetivos a que se propuseram.

O **Sr. Presidente** esclareceu dizendo que não confunde as situações, que reconhece o esforço do Sr. Carlos Franco como presidente da coletividade e que todos têm o direito de dizer o que lhes vai na alma. Informou que é provável que não esteja presente no almoço do próximo domingo, tendo justificado essa ausência.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** pediu a palavra, para referir que conhece os contornos do processo das obras, e dizer ao Sr. Carlos Franco que não criou qualquer embaraço a ninguém, que respeita muito os dirigentes associativos e o seu trabalho e dedicação, e que a Câmara apoiará, dentro das suas possibilidades.

Em relação à intervenção da Sr.ª Susana Cardoso, referiu que gostou da sugestão do portal da sua rua, e que se trata de mais uma medida que pode ser aceite na modernização administrativa e na remodelação do site.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** referiu que por força dos pelouros que detém anda muito na rua, mas foi-lhe transmitido o recado da visita do Sr. Carlos Franco, e hoje mesmo terá uma reunião com o Vereador Vítor Pereira e com o Chefe da Divisão. Recordou que na última reunião de Câmara foi deliberado o apoio financeiro e em espécie, porque este tipo de apoio também tem que ser aprovado, não pode ser decidido por si. Relativamente à informação transmitida pelo Sr. Carlos Franco vai ter que compatibilizar a atividade com os serviços da Câmara, e espera ter já amanhã uma resposta para lhe dar sobre o dia em que se vai iniciar o trabalho.

O **Sr. Carlos Franco** disse que compreende todas as explicações, apenas não compreende a demora tão grande na resposta, pelo que é tempo de acabar as reuniões e passar à ação.

O **Sr. Presidente** referiu que muitas vezes o voluntarismo é grande, mas felizmente, e a bem da transparência, todos os apoios, mesmo em espécie, têm que ser contabilizados.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que a D. Susana veio fazer aquilo que todos devem fazer, que é manifestar-se no local certo, é este o princípio da cidadania. Em relação ao Sr. Carlos Franco ele é um exemplo do dirigismo associativo, e o caminho certo é este, é conversar. Sobre a situação em apreço realçou o tempo que decorreu, estando uma vez mais em causa os prazos, que importa assumir e cumprir. Outra coisa que também salientou e que foi referida é a falta de respostas ao longo desse tempo. Ouviu muito esta queixa ao longo da campanha eleitoral, daí entender que se deve arranjar um gabinete de apoio às coletividades. Deve-se dar atenção ao município mas também aos dirigentes, tentando assumir prazos e dar respostas às pessoas.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** referiu que todos devem agradecer a participação da comunidade nesta reunião, uma vez que ela é benéfica, e que as intervenções de cada um vão levar a que os problemas sejam resolvidos de forma mais célere. Não é uma perda de tempo, é importante fazer dos decisores não só os políticos mas fazer passar as decisões

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
09/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

para o lado dos munícipes, promovendo a participação cívica, embora isso possa não acontecer de imediato, pelo que apelou a que todos participem e façam os outros participar também, não só pela crítica mas para sensibilizarem o executivo.

O **Sr. Presidente** deu por concluído o período de intervenção do público, referindo que ainda bem que na última reunião todos aprovaram, por unanimidade, o apoio financeiro para a coletividade da Comeira, pois só assim foi possível atribuir o apoio de 10.000 €.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A reunião foi interrompida nesta altura, para um breve intervalo, que decorreu das 11:10 horas às 11:30 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 26, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2013

4 - Presente a ata n.º 26, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 12 de dezembro de 2013, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - REQ. N. 2094/13, DATADO DE 23/12/2013 – PC N.º 380/13, DATADO DE 15/10/2013 – ARMÉNIO PRAZERES BATISTA

5 - Presente pedido com o registo n.º 2094/13, datado de 2013/12/23 relativo a **licenciamento de ampliação de edifício destinado a indústria**, a realizar no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 10263 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19596-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 380/13, com data de entrada de 2013/10/15, apresentado por **ARMÉNIO PRAZERES BATISTA**, com o NIF/NIPC 153 403 217, residente na rua das Andorinhas, n.º 23, Lameira de Picassinós, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 09/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

Presente informação técnica, datada de 2014/01/02, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser deferido;

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a licenciamento de ampliação de edifício destinado a indústria, a realizar no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 10263 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19596-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 380/13, com data de entrada de 2013/10/15, apresentado por ARMÉNIO PRAZERES BATISTA, com o NIF/NIPC 153 403 217, residente na rua das Andorinhas, n.º 23, Lameira de Picassinós, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os seguintes elementos:
 - a) Projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;
 - b) Apresentar, no mesmo prazo, nova ficha de segurança, devidamente corrigida em função da última versão apresentada do projeto de arquitetura.
2. Executar a totalidade dos trabalhos necessários ao correto acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N. 1936/13, DATADO DE 27/11/2013 – PC N.º 260/13, DATADO DE 08/08/2013 – ANDREIA SOFIA DE OLIVEIRA MARTINS MARQUES JOÃO

6 - Presente pedido com o registo n.º 1936/13, datado de 27/11/2013 relativo a licenciamento de alterações num estabelecimento destinado a creche, ATL e jardim de infância, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3398 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7080, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 260/13, com data de entrada de 08/08/2013, apresentado por ANDREIA SOFIA DE OLIVEIRA MARTINS MARQUES JOÃO, com o NIF 213 634 660, residente na Rua das Fontainhas, n.º 32, lugar de Comeira, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presentes projetos antecedentes, a que corresponde processo n.º 470/2006, aprovado em reunião de Câmara de 11/01/2007, com alterações aprovadas em reunião de Câmara de 12/05/2010, a que correspondem os alvarás de licença de construção n.º 112/07 e 28/11, respetivamente, e o alvará de autorização de utilização n.º 54/11, de 31 de maio de 2011.

Presentes pareceres técnicos, favoráveis das seguintes entidades: Autoridade Nacional de Proteção Civil - ANPC (projeto de segurança contra incêndios), datado de 24/09/2013; Direção de Serviços da Região Centro da Direção-Geral doS Estabelecimentos Escolares – DGEE-DSRC, datado de 15/11/2013; Instituto da Segurança Social, IP – ISS, datado de 12/09 e Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC), datado de 10/09/2013.

Presente informação técnica, datada de 17/12/2013, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido, condicionado à apresentação dos projetos complementares aplicáveis.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o licenciamento de alterações num estabelecimento destinado a creche, ATL e jardim de infância, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3398 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7080, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 260/13, com data de entrada de 08/08/2013, apresentado por ANDREIA SOFIA DE OLIVEIRA MARTINS MARQUES JOÃO, com o NIF 213 634 660, residente na Rua das Fontainhas, n.º 32, lugar de Comeira, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projectos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;**
- 2.- Assegurar a execução da totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao correto acabamento da obra.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N. 2105/13, DATADO DE 27/12/2013 – PC N.º 395/13, DATADO DE 25/10/2013 – JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA CALÉ

7 - Presente requerimento, com o registo de entrada n.º 2105/13, datado de 2013/12/27, constante do processo camarário n.º 395/13, a solicitar o **licenciamento da obra de “Construção de uma habitação unifamiliar”**, no prédio rústico sito na Rua do Caminho Velho, lugar de Machinha, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1708 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1835 da referida freguesia de Moita, apresentado por **JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA CALÉ**, com o NIF n.º 104155256, residente em Rua do Caminho Velho, n.º 12, lugar de Machinha, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2013/12/30, propondo a aprovação do projeto de arquitetura apresentado.

Após análise do pedido de licenciamento da obra de “Construção de uma habitação unifamiliar”, no prédio rústico sito na Rua do Caminho Velho, lugar de Machinha, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1708 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 1835 da referida freguesia de Moita, com o processo camarário n.º 395/13, com data de entrada em 2013/10/25, apresentado por JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA CALÉ, com o NIF n.º 104155256, residente em Rua do Caminho Velho, n.º 12, lugar de Machinha, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera APROVAR o projeto de arquitetura, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09.
2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra, incluindo o alargamento do passeio existente na extrema do prédio confinante com a Rua Augusto Costa, passando a dispor da largura de 1,60m ao longo deste arruamento, prolongando a sua execução ao longo do gaveto desta rua com a Rua das Oliveiras, por forma a efetuar a concordância com o muro aí existente.
3. Instalação do recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N. 2003/13, DATADO DE 06/12/2013 – PC N.º 66/13, DATADO DE 13/03/2013 – ANA PAULA SANTOS NORTE

8 - Presente requerimento, com o registo de entrada n.º 2003/13, datado de 2013/12/06, constante do processo camarário n.º 66/13, a solicitar o **pedido de licenciamento da “Ampliação de moradia existente”**, no prédio urbano sito na Rua das Oliveiras, lugar de Tojeira de Picassin, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 5089 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 1235 da freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, apresentado por **ANA PAULA SANTOS NORTE**, com o NIF n.º 188553770, residente em Rua das Oliveiras, n.º 28, lugar de Tojeira de Picassin, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2013/12/12, propondo a aprovação do projeto de arquitetura apresentado.

Após análise do pedido de licenciamento da “Ampliação de moradia existente”, no prédio urbano sito na Rua das Oliveiras, lugar de Tojeira de Picassinós, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 5089 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 1235 da freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, com o processo camarário n.º 66/13, com data de entrada em 2013/03/13, apresentado por ANA PAULA SANTOS NORTE, com o NIF n.º 188553770, residente em Rua das Oliveiras, n.º 28, lugar de Tojeira de Picassinós, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera APROVAR o projeto de arquitetura, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09.
2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra, incluindo o alargamento do passeio existente na estrema do prédio confinante com a Rua Augusto Costa, passando a dispor da largura de 1,60m ao longo deste arruamento, prolongando a sua execução ao longo do gaveto desta rua com a Rua das Oliveiras, por forma a efetuar a concordância com o muro aí existente.
3. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 2081/13, DATADO DE 19/12/2013 – PC N.º 29/13, DATADO DE 25/01/2013 – FRANCLIM JOSE SILVA ANDRE

9 - Presente pedido com o registo n.º 2081/13, datado de 19/12/2013 relativo ao licenciamento de obras de alteração e ampliação de um edifício de habitação unifamiliar, situado na Rua da Ponte, n.º 4, Picassinós, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2790 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4080, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 29/13, com data de entrada de 25/01/2013, apresentado por FRANCLIM JOSE SILVA ANDRE, com o NIF 111 061 849, residente na Rua José Batista de Sousa, n.º 39, 1.ª Esq.ª, Lisboa, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 16/05/2013;

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 09/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

Presente informação técnica, datada de 30/12/2013, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados devidamente instruídos e elaborados.

Presente informação técnica, datada de 03/01/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento de obras de alteração e ampliação de um edifício de habitação unifamiliar, situado na rua da Ponte, n.º 4, Picassinos, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2.790 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4.080, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, apresentado por FRANCLIM JOSE SILVA ANDRE, com o NIF 111 061 849, residente na Rua José Batista de Sousa, n.º 39, 1ª Esq.ª, Lisboa.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
- 3 - Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 2013/13, DATADO DE 09/12/2013 – PC N.º 79/13, DATADO DE 22/03/2013 – DAVID JOÃO ALEXANDRE CARPINTEIRO

10 - Presente requerimento n.º 2013/13, datado de 2013/12/09, constante do processo camarário n.º 79/13, subscrito por DAVID JOÃO ALEXANDRE CARPINTEIRO e outra, NIF n.º 224887203, com residência na Rua 25 de Abril, n.º 9 – 2.ª Esq., freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, a solicitar o licenciamento da obra de “**CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR E MURO DE VEDAÇÃO**”, incidente sobre um prédio rústico sito no lugar de Machinha, freguesia de Moita, registado na Conservatória do Registo Predial de

Alcobaça sob o n.º 1584 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1842, da freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2013/12/16, propondo a aprovação dos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR E MURO DE VEDAÇÃO”, incidente sobre um prédio sito no lugar de Machinha, freguesia de Moita, registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1584 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1842, da freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, com o n.º de processo 79/13, com data de entrada em 2013/03/22, apresentado por DAVID JOÃO ALEXANDRE CARPINTEIRO, com o NIF n.º 224887203, residente na Rua 25 de Abril, n.º 0 – 2.º Esq., freguesia de Marinha Grande, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – deferir o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. O muro de vedação a levar a efeito na extrema Norte do prédio confinante com a Rua da Machinha, deverá assegurar um afastamento mínimo de 5,50m ao seu eixo, prevendo a construção de passeio em toda a sua frente, com a largura de 2,25m, o qual deverá ser executado pelo requerente.
2. Aquando do início da construção, após a abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos serviços de Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, promovendo o respetivo registo dessa deslocação no livro de obra.
3. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 2004/13, DATADO DE 06/12/2013 – PC N.º 278/12, DATADO DE 25/09/2012 – MANUEL ALVES DUARTE

11 - Presente pedido com o registo n.º 2004/13, datado de 06/12/2013 relativo aos projetos de especialidade do processo de licenciamento de alterações a um estabelecimento de

bebidas, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6291 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 6988 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 7963, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 278/12, com data de entrada de 25/09/2012, apresentado por **MANUEL ALVES DUARTE** com o NIF 122515013, residente na Rua do Terreiro do Penisco, n.º 30, Pilado, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi **aprovado** em reunião de câmara de 29/11/2012;

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do artigo 20.º do RJUE — Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente informação técnica, datada de 16/12/2013, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem deferidos.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 26.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a alterações a um estabelecimento de bebidas, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6291 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 6988 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 7963, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 278/12, com data de entrada de 25/09/2012, apresentado por **MANUEL ALVES DUARTE** com o NIF 122515013, residente na rua do Terreiro do Penisco, n.º 30, Pilado, freguesia e concelho da Marinha Grande

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 — Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**9 - REQ. N. 2046/13, DATADO DE 13/12/2013 – PC N.º 238/12, DATADO DE 13/08/2013 –
TERESA CAETANO TOJEIRA FERREIRA**

12 - Presente requerimento n.º 2046/13, datado de 2013/12/13, constante do processo camarário n.º 238/12, subscrito por **TERESA CAETANO TOJEIRA FERREIRA**, com o NIF 132565196, residente na Rua da Mata, n.º 8, lugar de Pedra de Baixo, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar o licenciamento da *“Legalização de habitação, dependências e muros”* executados sem o necessário ato administrativo de controlo prévio (legalização), incidente sobre um prédio urbano sito na Rua da Mata, lugar de Pedra de Baixo, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 9042 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10914, da freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande.
Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2013/12/19, propondo a aprovação dos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da *“Legalização de habitação, dependências e muros”*, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua da Mata, lugar de Pedra de Baixo, freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 9042 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10914, da freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, com o número de processo 238/12, com data de entrada em 2013/08/13, apresentado por TERESA CAETANO TOJEIRA FERREIRA, com o NIF n.º 132565196, residente na Rua da Mata, lugar de Pedra de Baixo, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente o passeio e o remate da faixa de rodagem, na extensão total do prédio confinante com a Rua da Mata, cujo alinhamento e materiais deverão ser oportunamente definidos pelos respetivos serviços.**
- 2. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuado de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.**

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da**

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
09/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**10 - REQ. N. 2116/13, DATADO DE 31/12/2013 – PC N.º 424/13, DATADO DE 07/11/2013 –
VIPEX - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, S.A.**

13 - Presente pedido com o registo n.º 1811/13, datado de 07/11/2013, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 424/13, com data de entrada de 07/11/2013, apresentado por **VIPEX - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, S.A.**, com o NIPC 503 087 599, com sede em Pedra, freguesia e concelho da Marinha Grande, solicitando o **licenciamento da alteração e ampliação de uma unidade industrial** existente na Pedra de Cima, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6519 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 12695, da freguesia e concelho da-Marinha Grande;

Presente informação técnica, elaborada a 23/12/2003, na qual se propõe a aprovação, com condicionalismos, do projeto de arquitetura apresentado;

Presente pedido com o registo n.º 2116/13, datado de 30/12/2013, solicitando a junção de elementos corrigidos, relativos ao projeto de arquitetura, e o respetivo projeto de estabilidade, devidamente instruído com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente informação técnica, datada de 06/01/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Presente processo antecedente, com o n.º 229/2006, aprovado em reunião de Câmara de 07/02/2008, a que corresponde o alvará de licença de utilização n.º 31/09, emitido a 26/03/2009.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento da alteração e ampliação de uma unidade industrial existente na Pedra de Cima, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6519 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 12695, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 424/13, com data de entrada de 07/11/2013, apresentado por VIPEX - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, S.A., com o NIPC 503 087 599, com sede em Pedra, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 2115/13, DATADO DE 31/12/2013 – PC N.º 435/13, DATADO DE 19/11/2013 –
VIPEX - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, S.A.

14 - Presente pedido com o registo n.º 1876/13, datado de 19/11/2013, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 435/13, com data de entrada de 19/11/2013, apresentado por VIPEX – COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, S.A., com o NIPC 503 087 599, com sede em Pedra, freguesia e concelho da Marinha Grande, solicitando o licenciamento da alteração e ampliação de um armazém de matérias primas e arrecadação de moldes existente na Pedra de Cima, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6519 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 12695, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, elaborada a 06/01/2013, na qual se propõe a aprovação, com condicionalismos, do pedido de licenciamento apresentado;

Presente pedido com o registo n.º 2115/13, datado de 30/12/2013, solicitando a junção de elementos corrigidos, relativos ao projeto de arquitetura;

Presente informação técnica, datada de 06/01/2014, que atesta encontrar-se o processo de licenciamento em condições de ser deferido.

Presente processo antecedente, com o n.º 229/2006, aprovado em reunião de Câmara de 07/02/2008, a que corresponde o alvará de licença de utilização n.º 31/09, emitido a 26/03/2009.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento da alteração e ampliação de um armazém de matérias primas e arrecadação de moldes existente na Pedra de Cima, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha

Grande sob o n.º 6519 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 12695, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 435/13, com data de entrada de 19/11/2013, apresentado por VIPEX - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, S.A., com o NIPC 503 087 599, com sede em Pedra, freguesia e concelho da Marinha Grande Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N. 1988/13, DATADO DE 04/12/2013 – PC N.º 383/13, DATADO DE 16/10/2013 – ANTÓNIO XAVIER VIEIRA PEDRO

15 - Presente requerimento, com o registo de entrada n.º 1988/13, datado de 2013/12/04, constante do processo camarário n.º 383/13, a solicitar o **pedido de licenciamento da “Legalização da alteração/ampliação de moradia unifamiliar existente”**, no prédio urbano sito na Rua Popular, n.º 24, lugar de Picassin, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19635 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19625-P da freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, apresentado por ANTÓNIO XAVIER VIEIRA PEDRO, com o NIF n.º 159435145, residente na Rua Popular, n.º 24, lugar de Picassin, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2013/12/12, que refere que o projeto de arquitetura apresentado não se encontra apto a ser aprovado.

Após análise do pedido de licenciamento da “Legalização da alteração/ampliação de moradia unifamiliar existente”, no prédio urbano sito na Rua Popular, n.º 24, lugar de Picassin, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19635 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19625-P da freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, apresentado por ANTÓNIO XAVIER VIEIRA PEDRO, com o NIF n.º 159435145, residente na Rua Popular, n.º 24, lugar de Picassin, freguesia de Marinha

Grande, concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2013/12/12, a câmara municipal delibera notificar o requerente, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, baseado no n.º 1 do art. 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente:

- Alínea d) do n.º 1 do art. 69.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, pelo facto do novo espaço destinado a “*Sala*” resultante da unificação dos espaços anteriormente destinados a “*Sala de Estar*” e “*Sala de Jantar*”, apresentar uma área de 34,60m², uma largura de 3,90m e um comprimento de 9,15m, comprimento superior aos 7,80m de comprimento máximo permitido, correspondente ao dobro da sua largura, dado apresentar uma área superior a 15m²;

- Decreto-Lei n.º 101/2005, de 23/07, diploma que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 1999/77/CE, de 26/07, da Comissão Europeia, relativa à limitação da colocação e da utilização de algumas substâncias e preparações perigosas, ao apresentar parte da cobertura a legalizar constituída em “*chapas de fibrocimento*”, material que contém fibras de amianto, substância proibida pelo referido diploma legal;

- Alínea a) do n.º 1 do art. 64.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, ao não apresentar “*...os desenhos de sobreposição e da situação final...*”, relativos à parte da edificação anteriormente licenciada a coberto do processo camarário n.º 1736/1978, visto apresentar uma cota altimétrica de pavimento e respetiva altura, diferentes das constantes no referido processo de licenciamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N. 2027/13 , DATADO DE 11/12/2013 – PC N.º 454/13 , DATADO DE 11/12/2013 – ANTÓNIO FERNANDO DA SILVA CALADO

16 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 454/13 de 11/12/2013, de António Fernando da Silva Calado, com o NIF 113638914, residente em Rua das Laranjeiras, n.º 12, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 734 de 1974, titulada pelo alvará de construção n.º 594/74, emitido em 12/08/1974.

Presente parecer técnico datado 19/12/2013, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 65.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE –

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
09/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua das Laranjeiras, n.º 12, lugar de Engenho, freguesia de Marinha Grande, propriedade de António Fernando da Silva Calado, residente em Rua das Laranjeiras, n.º 12, lugar de Engenho, freguesia de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
 - Engenheiro Rui Vicente**
 - Arquiteto Alexandre Fava**
 - Fiscal Tomé Brás**
- 2) Membros suplentes**
 - Engenheira Cristina Silva**
 - Arquiteto Ricardo Santos**
 - Fiscal Nuno Fernandes**

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N. 1972/13 , DATADO DE 02/12/2013 – PC N.º 36/11 , DATADO DE 02/02/2011 – JOSUÉ JERONIMO INÊS

17 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1972/13 de 02/12/2013, de Josué Jerónimo Inês, com o NIF 141612240, residente em Rua 42, n.º 24, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja objeto de obras de alteração licenciadas no âmbito do processo n.º 36/11, tituladas pelo alvará de obras de legalização e alteração n.º 90/12, emitido em 21/12/2012.

Presente parecer datado 19/12/2013, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua do Repouso, lugar de casal Galego, freguesia de Marinha Grande, propriedade de Josué Jerónimo Inês, com o NIF 141612240, residente em Rua 42, n.º 24, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
09/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

- 1) **Membros efetivos**
 - Engenheiro Rui Vicente
 - Arquiteto Alexandre Fava
 - Fiscal Tomé Brás
- 2) **Membros suplentes**
 - Engenheira Cristina Silva
 - Arquiteto Ricardo Santos
 - Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N. 2053/13 , DATADO DE 13/12/2013 – PC N.º 491/2013 , DATADO DE 13/12/2013 – DORA SOFIA DA CRUZ FRANCISCO

18 - Presente requerimento registado a coberto da entrada E/7984/2013, datada de 08/10/2013, apresentado por DORA SOFIA DA CRUZ FRANCISCO, com o NIF 217390285, residente em Urbanização Quinta das Nespereiras, Lote E-2, 2.º Esq.º respeitante a um pedido de vistoria a fração de imóvel, face à existência de infiltrações na fração de que é proprietária, que conduzem à existência de riscos de higiene e salubridade.

Presente parecer dos serviços da Divisão Jurídica e de Contratação, datado de 23/10/2013, a propor a realização de uma vistoria, por forma a verificar as más condições de higiene e de salubridade que possam eventualmente existir, somente com a necessidade prévia de esclarecimento por parte da requerente sobre a necessidade de realização de vistoria a ambas as frações.

Presente requerimento registado sob o n.º 2053/13, datado de 13/12/2013, a esclarecer que a vistoria deverá ser realizada em ambas as frações.

Após análise pedido e da informação datada de 23/10/2013, a Câmara Municipal delibera: Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA às frações correspondentes aos segundo e terceiros andares esquerdo, do imóvel sito em Urbanização Quinta das Nespereiras, Lote E-3, propriedade de Dora Sofia da Cruz Francisco e Vitalina dos Reis Galo, respetivamente, para verificação das condições que possa, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelo proprietário.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
09/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 21/01/2014, pelas 9h30, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

Membros efetivos:

**Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Alexandre Fava
Engenheiro Vasco Fernandes**

Membros suplentes:

**Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Dra. Eunice Marques**

NOTIFICAR ambas as proprietárias dos imóveis da data da vistoria, e informar que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - REQ. N. 2039/13 , DATADO DE 12/12/2013 – PC N.º 321/2013 , DATADO DE 13/09/2013 – MARIA ALEXANDRA ROSENDO SILVA GARRIDO

19 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 2039/13 de 12/12/2013, de Maria Alexandra Rosendo Silva Garrido, com o NIF 145473155, residente em Avenida da Liberdade, n.º 6, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a realização de vistoria com vista à certificação de que as várias partes do prédio sito em Avenida da Liberdade, n.º 6, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, são suscetíveis de funcionar como unidades independentes.

Presente parecer datado 20/12/2013, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março e pela Lei n.º 28/2010, de 02 de setembro.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Avenida da Liberdade, n.º 6, lugar de São Pedro de Moel, freguesia de Marinha Grande, propriedade de Maria Alexandra Rosendo Silva Garrido, com o NIF 145473155, residente em Avenida da Liberdade, n.º 6, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, freguesia de Marinha Grande, com a seguinte composição:

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
09/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

- 1) Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Tomé Brás
- 2) Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N. 2029/13, DATADO DE 11/12/2013 – PC N.º 120/13 , DATADO DE 24/04/2013
– ANA CRISTINA DOS SANTOS VIEIRA

20 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 2029/13 de 11/12/2013, de Ana Cristina dos Santos Vieira, com o NIF 189234210, residente em Urbanização Nova Conímbriga, Lote B12, 1.º ESQ.º, freguesia de Condeixa-a-Velha e concelho de Condeixa-a-Nova, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua das Rosas, n.º 42, lugar de Pedra, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de obras de alteração e de construção de anexos, licenciadas (legalizadas) no âmbito do processo n.º 120/13, tendo sido emitido o alvará de licença de legalização n.º 131/13, em 05/12/2013.

Presente parecer datado de 19/12/2013, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o previsto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua das Risas, n.º 42, lugar de Pedra, freguesia de Marinha Grande, propriedade de Ana Cristina dos Santos Vieira, com o NIF 189234210, residente Urbanização Nova Conímbriga, Lote B12, 1.º ESQ.º, freguesia de Condeixa-a-Velha e concelho de Condeixa-a-Nova, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Tomé Brás

2) Membros suplentes

Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**18 - REQ. N. 1496/12, DATADO DE 10/09/2012 – PC N.º 230/05, DATADO DE 28/03/2005
– MARIA ANTONIETA GOMES MAGALHÃES**

21 - O presente projeto de pedido de licenciamento refere-se à obra de **alteração de estabelecimento de restauração e bebidas**, a que foi atribuído o número de processo 230/05, localizado num prédio urbano sito na Avenida José Gregório, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por **Maria Antonieta Gomes Magalhães**, com o NIF n.º 149056052, residente na Rua dos Poços, n.º 63-1.º Esq., Lugar de Lameira da Embra, Freguesia de Marinha Grande.

Presente informação técnica datada de 03/01/2014, sobre o limite do prazo para requerer a emissão do alvará.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 03/01/2014 que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

- 1- Considerando que a interessada, Maria Antonieta Gomes Magalhães, com o NIF n.º 149056052, residente na Rua dos Poços, n.º 63-1.º Esq., Lugar de Lameira da Embra, Freguesia de Marinha Grande foi notificada da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento referente à obra de alteração de estabelecimento de restauração e bebidas, a que foi atribuído o número de processo 230/05, localizado num prédio urbano sito na Avenida José Gregório, Freguesia de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 18/09/2012, através do ofício n.º 822/12, datado de 19/09/2012, rececionado a 28/09/2012;
- 2- Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação a interessada tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 28/09/2013 (n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e da Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro – RJUE);
- 3- Considerando que a interessada tinha até ao dia 28/09/2013 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;

- 4- Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – nº 2 do artigo 71.º do RJUE;
- 5- Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao pedido para alteração de estabelecimento de restauração e bebidas, a que foi atribuído o número de processo 230/05, localizado num prédio urbano sito na Avenida José Gregório, Freguesia de Marinha Grande, delibera, ao abrigo do nº 5 do artigo 71.º Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de março e pela Lei nº 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA, notificar a requerente, Maria Antonieta Gomes Magalhães, com o NIF nº 149056052, residente na Rua dos Poços, nº 63-1.º Esq., Lugar de Lameira da Embra, Freguesia de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de declaração de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - REQ. N. 1422/11, DATADO DE 12/07/2011 – PC N.º 257/09, DATADO DE 23/11/2009 – CERÂMICA DO ENGENHO, LDA.

22 - O presente processo refere-se ao pedido de licenciamento referente à obra de “Alteração e Ampliação de Pavilhões Industriais” existentes, a que foi atribuído o número de processo 257/09, incidente sobre vários prédios sitos no Lugar de Engenho, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por CERÂMICA DO ENGENHO, Lda., com o NIPC nº 501.937.943, com sede no Lugar de Engenho, Freguesia de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 20/06/2012.

Presente informação técnica datada de 06/01/2014, sobre o limite do prazo concedido à requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 20/06/2012, foi deferido o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento da obra de “Alteração e Ampliação de Pavilhões Industriais” existentes, a que foi atribuído o número de processo 257/09, incidente sobre vários prédios sitos no Lugar de Engenho, Freguesia de Marinha Grande.

-A titular do processo de licenciamento nº 257/09, CERÂMICA DO ENGENHO, Lda., com o NIPC nº 501.937.943, com sede no Lugar de Engenho, Freguesia de Marinha Grande, foi

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 09/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

regularmente notificada pelo ofício nº 1241/13, de 19/11/2013, rececionado em 27/11/2013, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto de licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;

-Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 18/12/2013;

- Através de carta remetida aos nossos serviços, registada sob o n.º 3/14, em 06/01/2014, a sociedade requerente comunica que aceita a decisão e caducidade;

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um ano previsto no nº 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, sem que a titular do processo nº 257/09, CERÂMICA DO ENGENHO, Lda., tenha solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE, delibera declarar a caducidade do licenciamento de “Alteração e Ampliação de Pavilhões Industriais” existentes, incidente sobre vários prédios sitos no Lugar de Engenho, Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no nº 2 do mesmo artigo e diploma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - REQ. N.701/09 , DATADO DE 23/03/2009 – PC N.º 87/04, DATADO DE 30/01/2004 – CONSTRUÇÕES M. VIEIRA E OLIVEIRA, LDA.

23 - O presente processo refere-se ao pedido de licenciamento da construção de um edifício misto, composto por 4 pisos (cave, 2 lojas no piso térreo, 6 fogos nos restantes pisos, a que foi atribuído o número de processo 87/04, incidente sobre um prédio rústico sito nas Ruas António Guerra e D. João Pereira Venâncio, lugar de Salgueiro, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Construções M. Vieira e Oliveira, Lda., NIPC n.º 504240501, com sede na Travessa do Outeiro, Lugar de Padrão, Freguesia de Pousos, Concelho de Leiria, cujo projeto de arquitetura foi aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 08/06/2006.

Presente informação técnica datada de 06/01/2014, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade da licença para realização da dita operação urbanística.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 08/06/2006, foi deferido o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento da construção de um edifício misto, composto por 4 pisos (cave, 2 lojas no piso térreo, 6 fogos nos restantes pisos, a que foi atribuído o número de processo 87/04, incidente sobre um prédio rústico

sito nas Ruas António Guerra e D. João Pereira Venâncio, lugar de Salgueiro, Freguesia de Marinha Grande;

- O alvará de licença de construção foi emitido a 03/04/2007, para vigorar até 23/03/2009;
- Naquele período o requerente não iniciou os trabalhos em causa.
- Tal facto veio a ser confirmado pelos serviços de fiscalização a 09/04/2009.
- O titular do processo de licenciamento nº 87/04, Construções M. Vieira e Oliveira, Lda., NIPC nº 504240501, com sede na Travessa do Outeiro, Lugar de Padrão, Freguesia de Pousos, Concelho de Leiria, foi regularmente notificado pelo ofício nº 757/13, de 06/08/2013, rececionado em 12/08/2013, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade da licença, por não ter dado início às obras de construção no prazo de nove meses sobre a data de emissão do respetivo alvará.
- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 26/08/2013;
- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de nove meses a contar da data da emissão do alvará, conforme previsto na alínea a) do n.º 3 do art.º 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e Edificação- RJUE, na redação do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, sem que o titular do processo nº 87/04, Construções M. Vieira e Oliveira, Lda., tenha dado início às obras de construção, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE, delibera declarar a caducidade da referida licença de construção de um edifício misto, composto por 4 pisos (cave, 2 lojas no piso térreo, 6 fogos nos restantes pisos, incidente sobre um prédio rústico sito nas Ruas António Guerra e D. João Pereira Venâncio, lugar de Salgueiro, Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no n.º 3 do mesmo artigo e diploma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - REQ. N. 10/11, DATADO DE 05/01/2011 – PC N.º 120/10, DATADO DE 31/05/2010 – JOANA CRISTÓVÃO OLIVEIRA MARTINS

24 - O presente processo refere-se ao pedido de licenciamento referente à obra de alteração/ampliação de uma moradia unifamiliar e muros de vedação existentes, a que foi atribuído o número de processo 120/10, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Miguel Torga, lugar de Várzea, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Joana Cristóvão Oliveira Martins, NIF nº 213134535, residente na Rua Miguel Torga, nº 10, Lugar de Várzea, Freguesia de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 27/01/2011.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
09/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

Presente informação técnica datada de 30/12/2013, sobre o limite do prazo concedido à requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 27/01/2011, foi deferido o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento de alteração/ampliação de uma moradia unifamiliar e muros de vedação existentes, incidentes sobre um prédio urbano sito na Rua Miguel Torga, lugar de Várzea, Freguesia de Marinha Grande.

- A titular do processo de licenciamento nº 120/10, Joana Cristóvão Oliveira Martins, NIF n.º 213134535, residente na Rua Miguel Torga, n.º 10, Lugar de Várzea, Freguesia de Marinha Grande, foi regularmente notificada pelo ofício nº 1287/13, de 02/12/2013, rececionado em 04/12/2013, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto de licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;

- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 26/12/2013;

- Durante este prazo a titular do processo nada alegou;

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um ano previsto no nº 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, sem que a titular do processo nº 120/10, Joana Cristóvão Oliveira Martins, tenha solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE, delibera declarar a caducidade do licenciamento de alteração/ampliação de uma moradia unifamiliar e muros de vedação existentes, Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no n.º 2 do mesmo artigo e diploma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - REQ. N. 1968/13 , DATADO DE 29/11/2013 – PC N.º 150/13 , DATADO DE 17/05/2013 – RATISBONA PROMOÇÕES E CONSTRUÇÕES SOCIEDADE UNIPessoal, LDA.

25 - Presente Processo de Licenciamento n.º 150/13, em nome de RATISBONA PROMOÇÕES E CONSTRUÇÕES SOCIEDADE UNIPessoal, LDA., referente à obra de CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO COMERCIAL (SUPERMERCADO), levada a efeito no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 16.389 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2.776 e na matriz predial rústica sob os artigos 9.974 e 9.9785, da freguesia de Marinha Grande, localizado na Avenida Vitor Gallo,

freguesia de Marinha Grande, para o qual foi emitido o comprovativo de admissão de comunicação prévia de obras de construção em 31/07/2013, tendo como condicionalismo da execução das infra-estruturas referentes à requalificação de arruamentos, confinantes com o prédio, para o que foi emitido o comprovativo de admissão de comunicação prévia de obras de urbanização em 31/07/2013.

Presente requerimento n.º 1968/13, datado de 29/11/2013, a solicitar a receção provisória das obras de urbanização realizadas no âmbito das condicionantes impostas ao referido licenciamento, nomeadamente as referentes requalificação dos arruamentos confinantes com o prédio acima identificado.

Presente informação da Comissão de Vistorias, datada de 13/12/2013, favorável à receção das obras de urbanização, uma vez que as mesmas encontram-se executadas de acordo com o projeto aprovado e telas finais entregues.

Presente igualmente o Auto da Comissão de Vistorias, propondo a Receção Provisória das referidas Obras de Urbanização.

Após análise da pretensão e do respetivo Auto de Receção Provisória, a Câmara deliberou aceitar provisoriamente as obras de urbanização referentes à requalificação dos arruamentos confinantes com o prédio localizado na Avenida Vitor Gallo, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 16.389 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2.776 e na matriz predial rústica sob os artigos 9.974 e 9.9785, da freguesia de Marinha Grande, e mandar libertar 90% do montante da caução prestada pelo requerente através da garantia bancária N/Nº 504-507, do Banco Popular, datada de 31/07/2013, como garante da boa e regular execução das referidas obras de urbanização, no valor inicial de 38.200,00€ (trinta e oito mil e duzentos euros), a que corresponde o montante de 34.380,00 € (trinta e quatro mil trezentos e oitenta euros), ficando retidos 3.820,00€ (três mil oitocentos e vinte euros), até à receção definitiva das obras de urbanização, conforme previsto no n.º 5 do artigo 54.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março e pela Lei n.º 28/2010, de 02 de setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**23 - REQ. N. 1002/11, DATADO DE—13/05/2011 PC N.º 342/97, DATADO DE 21/03/1997—
BANCO POPULAR PORTUGAL**

26 - Presente requerimento n.º 1002/11, datado de 13 de maio, constante do processo camarário n.º 342/97, subscrito por Banco Popular Portugal, S.A., com sede na Rua Ramalho Ortigão, n.º 51, freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, a solicitar a **receção provisória das obras de urbanização** realizadas no âmbito das condicionantes impostas ao licenciamento da operação de loteamento urbano, levada a efeito no lugar de Casal dos Ossos, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, incidente sobre dois prédios descritos na Conservatória do Registo Predial de

Marinha Grande sob os n.ºs 9945 e 9946 e inscritos na matriz urbana sob o n.º 4425 e na matriz rústica sob o n.º 9916, da respetiva freguesia, levada a efeito ao abrigo do alvará de loteamento com obras de urbanização n.º 06/2000, de 12 de julho, com posterior aditamento emitido em 28 de março de 2011.

Presente igualmente o auto de receção provisória elaborado pela comissão de vistorias, datado de 12 de dezembro de 2012.

Após análise da pretensão e do respetivo auto de receção provisória datado de 12 de dezembro de 2012, a Câmara delibera aceitar a receção provisória das obras de urbanização supra referidas, conforme auto anexo e mandar libertar ao abrigo da alínea b) do n.º 3 e n.º 4 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 448/91, de 29 de novembro, os montantes indicados das seguintes garantias bancárias:

- 1. Da garantia bancária n.º 1353258.90.002, datada de 14 de dezembro de 1999, do Banco Português de Negócios, no valor de 71 577,96 € (setenta e um mil quinhentos e setenta e sete euros e noventa e seis cêntimos), o valor de 13 905,34 € (treze mil novecentos e cinco euros e trinta e quatro cêntimos), correspondendo à totalidade do montante relativo à execução das componentes das redes de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, por estas componentes se encontrarem garantidas através da garantia bancária n.º 0046 0392 504 00587, decorrente das alterações apresentadas ao referido loteamento, aprovadas por deliberação tomada em reunião de câmara realizada em 27 de maio de 2010, e o valor de 51 905,36 € (cinquenta e um mil novecentos e cinco euros e trinta e seis cêntimos), correspondendo a 90% do valor relativo às componentes das rede de abastecimento de água, arruamentos e espaços verdes, ficando retido o montante de 5 767,26 € (cinco mil, setecentos e sessenta e sete euros e vinte e seis cêntimos), da referida garantia bancária, até à receção definitiva das referidas obras de urbanização.**
- 2. Da garantia bancária n.º 0046 0392 504 00587, datada de 3 de setembro de 2010, do Banco Popular, S.A., no valor de 148 245,19 € (cento e quarenta e oito mil, duzentos e quarenta e cinco euros e dezanove cêntimos), o montante de 133 420,67 € (cento e trinta e três mil quatrocentos e vinte euros e sessenta e sete cêntimos), correspondendo a 90% do valor inicial, relativo às componentes das redes de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, ficando retidos 10% da referida garantia bancária, no montante de 14 824,52 € (catorze mil oitocentos e vinte e quatro euros e cinquenta e dois cêntimos), até à receção definitiva das referidas obras de urbanização.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - REQ. N. 2064/13, DATADO DE 17/12/2013 – PC N.º 461/13, DATADO DE 17/12/2013 – IPTV TELECOM – TELECOMUNICAÇÕES, S.A.

27 - Presente pedido de ocupação da via pública, com o registo n.º 32061/13, datado de 17/12/2013, apresentado por IPTV TELECOM – TELECOMUNICAÇÕES, S.A., com o NIPC

507969634, para execução de caixas de visita e abertura de vala numa extensão de 5,00 metros, destinados a instalação de rede de telecomunicações, a levar a efeito na Rua dos Oleiros, lugar de Embra, Freguesia da Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 30/12/2012, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública, apresentado por com o NIPC 507969634, para execução de caixas de visita e abertura de vala numa extensão de 5,00 metros, destinados a instalação de rede de telecomunicações, a levar a efeito na Rua dos Oleiros, lugar de Embra, Freguesia da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra;
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos;
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - REQ. N. 2062/13, DATADO DE 16/12/2013 – PC N.º 459/13, DATADO DE 16/12/2013 – LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

28 - Presente pedido de ocupação da via pública, registado sob o n.º 2062/12, datado de 16/12/2013, apresentado por Lusitaniagás -Companhia de Gás do Centro, S.A., para abertura de vala em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural designadamente Estrada da Garcia, n.º 69, lugar de Cartaxo, Rua do Algarve, n.º 46, Rua dos Oleiros, n.º 20, Rua da Manilharte, n.º 16, lugar de Trutas, todas da Freguesia da Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 11/12/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala, em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural designadamente Estrada da Garcia, n.º 69, lugar de Cartaxo, Rua do Algarve, n.º 46, Rua dos Oleiros, n.º 20, Rua da Manilharte, n.º 16, lugar de Trutas, todas da Freguesia da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução das obras
- Deverá ser promovida a reposição da sinalização horizontal eventualmente danificada;
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

26 - REQ. N. 2060/13, DATADO DE 16/12/2013 – PC N.º 457/13, DATADO DE 16/12/2013 – LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

29 - Presente pedido de ocupação da via pública, registado sob o n.º 2060/13, datado de 16/12/2013, apresentado por Lusitaniagás -Companhia de Gás do Centro, S.A., para abertura de vala em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural designadamente Rua da beira Baixa, n.º 62, Rua 42, n.º 39, Rua 52, n.º 30, Travessa dos Fornalistas, n.º 5, lugar de Trutas; e Rua das Tílias, lugar de Portela, todas da Freguesia da Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 10/12/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala, em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural designadamente Estrada da Garcia, n.º 69, lugar de Cartaxo, Rua do algarve, n.º 46, Rua dos Oleiros, n.º 20, Rua da Manilharte, n.º 16, lugar de Trutas, todas da Freguesia da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução das obras;
- Na Rua das Tílias, o pavimento objeto de intervenção deverá ser apenas a calçada, devendo a mesma ser devidamente resposta nas condições iniciais;
- Deverá ser promovida a reposição da sinalização horizontal eventualmente danificada;
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos;
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - REQ. N.º 6/14, DATADO DE 06/01/2014 – PC N.º 2/14, DATADO DE 06/01/2014 – LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

30 - Presente pedido de ocupação da via pública, registado sob o n.º 6/14, datado de 06/01/2014, apresentado por Lusitaniagás -Companhia de Gás do Centro, S.A., para abertura de vala em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural designadamente Rua Engenheiro Arala Pinto, n.º 3; Rua Ilha do pico, n.º 24; e Rua Nova do Cartaxo, n.º 27, todas da Freguesia da Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 11/12/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala, em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural designadamente Rua Engenheiro Arala Pinto, n.º 3; Rua Ilha do pico, n.º 24; e Rua Nova do Cartaxo, n.º 27, todas da Freguesia da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução das obras;
- Deverá ser promovida a reposição da sinalização horizontal eventualmente danificada;
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos;
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - REQ. N. 2061/13, DATADO DE 16/12/2013 – PC N.º 458/13, DATADO DE 16/12/2013 – EDP-DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A

31 - Presente pedido de ocupação da via pública, registado sob o n.º 2061/13, datado de 16/12/2013, apresentado por EDP-DISTRIBUICAO DE ENERGIA, S.A. para abertura de vala numa extensão de 10,00m, para execução de uma requisição de ligação, a levar a efeito em Rua das Fontainhas, Lugar de Comeira, Freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 13/12/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala numa extensão de 10,00m, para execução de uma requisição de ligação, a levar a efeito em Rua das Fontainhas, Lugar de Comeira, Freguesia de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução das obras;
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos;
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - REQ. N. 5/14, DATADO DE 06/01/2014 – PC N.º 1/14, DATADO DE 06/01/2014 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

32 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., com o registo de entrada n.º 5/14, datado de 06/01/2014, para referente a abertura de vala, para realização de trabalhos em subsolo, relativos à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito na Rua dos Poços n.º 52, lugar de Lameira da Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 26/11/2013, sobre o assunto.

A Câmara Municipal analisou a pretensão, bem como a referida informação técnica que propõe o indeferimento do pedido, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente para dizer, por escrito, no prazo de 15 dias, o que se lhe oferecer:

“O pavimento em betuminoso encontra-se em bom estado de conservação. Este arruamento foi alvo de beneficiação profunda que conduziu à reformulação integral dos pavimentos. Esta intervenção foi previamente comunicada à Lusitaniagás (ofício n.º 1691, de 18/02/2005) e que a Lusitaniagás, na altura da empreitada, executou os trabalhos que entendeu necessários (vosso ofício : L-138-05, de 22/05/2005). Assim não se deve autorizar cortes de betuminoso neste arruamento e que devem ser encontradas soluções alternativas.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - REQ. N. 1996/13, DATADO DE 05/12/2013 – PC N.º 450/13, DATADO DE 05/12/2013
– RUI MANUEL FERREIRA GOMES

33 - Presente requerimento com registo de entrada n.º 1996/13, datado de 05/12/2013, relativo ao processo n.º 450/13, a solicitar o **licenciamento de ampliação e alteração da moradia**, sita na Rua Fernando Nunes Duarte, n.º 11, lugar de Sitias, freguesia e concelho de Marinha Grande, erigida no Lote n.º 2, constituído ao abrigo do alvará de loteamento n.º 21/1981, registado na Conservatória do Registo de Marinha Grande sob o n.º 9745 e na matriz urbana sob o n.º 18933-P, apresentado por **RUI MANUEL FERREIRA GOMES**, com o NIF 181576929, residente na Rua Fernando Nunes Duarte, n.º 11, lugar de Sitias, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 2014-01-06 que atesta encontrar-se, o processo, em condições de ser deferido com condicionalismos.

Após análise do requerimento, com registo de entrada n.º 1996/13, datado de 05/12/2013, processo n.º 450/13, a solicitar o licenciamento de ampliação e alteração da moradia, sita na Rua Fernando Nunes Duarte, n.º 11, lugar de Sitias, freguesia e concelho de Marinha Grande, erigida no Lote n.º 2, constituído ao abrigo do alvará de loteamento n.º 21/1981, registado na Conservatória do Registo de Marinha Grande sob o n.º 9745 e na matriz urbana sob o n.º 18933-P, apresentado por RUI MANUEL FERREIRA GOMES, com o NIF 181576929, residente na Rua Fernando Nunes Duarte, n.º 11, lugar de Sitias, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como da informação técnica datada de 2014-01-06, a Câmara Municipal delibera APROVAR o projeto de arquitetura com os seguintes condicionalismos:

1- Apresentação no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, dos seguintes elementos:

a) Ficha de Estatística devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar;

b) Termo de responsabilidade subscrito pelo coordenador de projeto, que ateste a compatibilidade entre os projetos, de acordo com o n.º 1 do artigo 10º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

c) Planta de Implantação à escala de 1:200 ou superior, desenhada sobre levantamento topográfico do terreno e área envolvente numa extensão de 20m a contar dos limites do prédio, incluindo o arruamento de acesso, com indicação das dimensões e área do terreno, (inicial e final), área de cedência ao domínio público, áreas impermeabilizadas e respetivo material, com cotas altimétricas e planimétricas, contendo a delimitação do prédio na sua totalidade, a implantação do edifício projetado, incluindo corpos

balançados, escadas, varandas, cotados em relação às extremas, as construções existentes, maciços arbóreos, indicação dos lugares de estacionamento, sempre que estes não sejam criados no interior do edifício, indicação da localização dos contadores ou baterias de contadores e recetáculos postais, inscrição de todas as confrontações e ainda as condicionantes existentes, designadamente linhas de água e infraestruturas;

d) Desenhos de Alterações, em conformidade com o conteúdo dos desenhos da Proposta Final;

e) Projetos das especialidades aplicáveis nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE.

2- A execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - REQ. N. 2096/13, DATADO DE 26/12/2013 – PC N.º 25/12, DATADO DE 25/01/2012 – MARIA DA SAUDADE PEREIRA ANDRÉ

34 - Presente pedido de licenciamento de obras de alteração de edifício sito no Largo da Sociedade, n.º 6, lugar de Picassinós, freguesia e concelho da Marinha Grande, erigido no prédio com 178 m2, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 365 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10169, com o n.º de processo 25/12, com data de entrada de 2012/01/25, apresentado por MARIA DA SAUDADE PEREIRA ANDRÉ, com o NIF 124334210, residente no Largo da Sociedade, n.º 2, lugar de Picassinós, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 2013/09/06;

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos.

Presentes informações técnicas, datadas de 2013/11/22 e de 2013/12/30, que atestam encontrar-se, o processo, em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido de licenciamento de obras de alteração de edifício sito no Largo da Sociedade, n.º 6, lugar de Picassinós, freguesia e concelho da Marinha Grande, erigido no prédio com 178 m2, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 365 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10169, com o n.º de processo 25/12, com data de entrada de 2012/01/25, apresentado por MARIA DA SAUDADE PEREIRA ANDRÉ, com o NIF 124334210, residente no Largo da Sociedade, n.º 2, lugar de Picassinós, freguesia e concelho da Marinha Grande, com projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 2013/09/06 e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do

artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE DEFERIR o mesmo.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários;

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento;

3 - Deve assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário que deverá ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98;

4- A execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra;

5- Assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD) e efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de RCD, nos termos do disposto na alínea f) do artigo 11º do Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março, de acordo com o modelo constante do anexo II, parte integrante do diploma referido;

6- Aquando do pedido de autorização de utilização deverá apresentar certidão da conservatória do registo predial com a descrição do prédio devidamente atualizada pela cedência de uma parcela de terreno com a área de 42.90 m2 a integrar o domínio público do município, designadamente, no alargamento da Rua Alípio dos Reis Alves.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - REQ. N. 2076/13, DATADO DE 18/12/2013 – PC N.º 446/13, DATADO DE 29/11/2013 – SANTOS BAROSA – VIDROS, S.A.

35 - Presente pedido com o registo n.º 2076/13, datado de 2013/12/18 relativo a licenciamento de muro de vedação e passeio, a realizar nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.os 17015, 2048 e 15292, inscritos respetivamente na matriz predial rústica sob o n.º 10054 e na matriz predial

urbana sob os n.os 19343 e 17851, todos da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 446/13, com data de entrada de 2013/11/29, apresentado por **SANTOS BAROSA – VIDROS, S.A.**, com o NIPC 500 241 104, com sede na rua Santos Barosa, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 2014/01/06, que atesta encontrar-se o pedido de licenciamento apresentado em condições de ser deferido;

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a licenciamento de muro de vedação e passeio, a realizar nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.os 17015, 2048 e 15292, inscritos respetivamente na matriz predial rústica sob o n.º 10054 e na matriz predial urbana sob os n.os 19343 e 17851, todos da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 446/13, com data de entrada de 2013/11/29, apresentado por **SANTOS BAROSA – VIDROS, S.A.**, com o NIPC 500 241 104, com sede na rua Santos Barosa, freguesia e concelho da Marinha Grande, com o seguinte condicionalismo:

Executar a totalidade dos trabalhos necessários ao correto acabamento da obra.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - REQ. N. 85/13, DATADO DE 04/04/2013 – PC N.º 446/13, DATADO DE 04/04/2013 – LUÍS ANTÓNIO RAMOS GOMES

36 - Presentes requerimentos n.º 1543/13 e n.º 2059/13, registados em 2013/09/25 e 2013/12/16, respetivamente, sob pedido de licenciamento de obra de alteração de moradia

com processo de construção n.º 228/02 e alvará de licença de construção n.º 713/2003, de 27/11/2003, erigida no prédio com 1900 m2, sito na Rua da República, n.º 4, lugar de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Marinha Grande sob o n.º 13939, e na matriz predial urbana sob o n.º 16732, com processo n.º 85/13, com data de 2013/04/04, apresentado por **LUÍS ANTÓNIO RAMOS GOMES**, com o NIF 182593126, residente em Rua da República, n.º 4, lugar de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 2013/09/06;

Presente projetos das especialidades, devidamente instruídos;

Presentes informações técnicas, datadas de 2013/10/22 e de 2013/12/19, que atestam encontrar-se, o processo, em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido de licenciamento de obra de alteração de moradia, com processo de construção n.º 228/02 e alvará de licença de construção n.º 713/2003, de 27/11/2003, erigida no prédio com 1900 m2, sito na Rua da República, n.º 4, lugar de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Marinha Grande sob o n.º 13939, e na matriz predial urbana sob o n.º 16732, com processo n.º 85/13, com data de 2013/04/04, apresentado por LUÍS ANTÓNIO RAMOS GOMES, com o NIF 182593126, residente em Rua da República, n.º 4, lugar de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 2013/09/06 e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação (RJUE) DEFERIR o mesmo.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários;**
- 2- Executar todos os arranjos exteriores que se vierem a verificar por necessários em consequência da execução da obra;**
- 3- Instalar recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - “CONSTRUÇÃO DA CICLOVIA E BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA ATLÂNTICA” – CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2013 (DISU) – APROVAÇÃO DE TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES.

37 - Presente Informação da técnica da DOT, com a referência CS/02/2014, datada de 6 de janeiro de 2014, na qual se propõe a aprovação de trabalhos de suprimento de erros no valor de no valor de 1.577,25 € (mil quinhentos e setenta e sete euros e vinte e cinco centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto no artigo 376.º do CCP, respeitantes às quantidades desconformes com a realidade.

Considerando que os trabalhos em apreço se destinam à realização da mesma empreitada.

Considerando que os trabalhos de suprimentos dos erros se destinam a suprir erros detetados e necessários à execução e conclusão da obra.

Considerando que pode ser ordenada a execução de trabalhos de suprimento de erros e omissões, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 376.º do CCP, uma vez que o valor correspondente aos mesmos é de 0,65 % do preço contratual.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a referência CS/02/2014, que fica anexa, delibera, no âmbito do contrato de empreitada de “Construção da ciclovia e beneficiação da estrada Atlântica”, celebrado com a empresa “Construções Júlio Lopes, S.A.”, aprovar:

- 1. Trabalhos de suprimento dos erros no valor de 1.577,25 € (mil quinhentos e setenta e sete euros e vinte e cinco centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto no artigo 376.º, nº 1, do CCP, respeitante às quantidades desconformes com a realidade;**
- 2. A repartição da responsabilidade pela execução desses trabalhos com o empreiteiro, que suportará 50 % do seu custo, no valor de 788,63 euros (setecentos e oitenta e oito e sessenta e três centimos), ao abrigo do disposto no artigo 378.º, n.ºs 3 e 5, do CCP;**
- 3. Aprovar o prazo de execução dos trabalhos de suprimento em 1 dia, que não determina a prorrogação do prazo de execução da empreitada, nos termos conjugados dos artigos 377.º e 374.º, n.º 2, do CCP.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - “REQUALIFICAÇÃO DA RUA DAS LARANJEIRAS” – CONCURSO PÚBLICO N.º 13/2013 – APROVAÇÃO DE ERROS E OMISSÕES.

38 - Presente Informação da Divisão de Ordenamento do Território datada de 2 de janeiro de 2014, na qual se efetua a análise das listas de erros apresentadas pelos interessados,

verificou-se a necessidade, após aceitação de alguns dos itens nelas constantes, de proceder à devida retificação dos artigos correspondentes, dando lugar à correspondente alteração do preço base.

Assim, o preço base do concurso passou de **350.558,71 €** para **356.005,17 €**, havendo lugar a um **acréscimo de 5.446,46 €**, valores acrescidos de imposto à taxa legal em vigor.

Na Informação referida propõe-se, considerando o conjunto de questões colocadas pelos interessados, devidamente ponderado e tecnicamente aceitável, no âmbito do n.º 5 do artigo 61º do CCP, que o órgão competente para a decisão de contratar, no presente caso a Câmara Municipal, delibere aprovar o mapa de quantidades final devidamente retificado e apresentado em anexo.

Para facilitar a interpretação das peças desenhadas anexas ao procedimento e de modo a clarificar alguns pedidos de esclarecimentos apresentados pelos interessados em sede de envio das listas de erros e omissões, é igualmente proposta a inclusão de duas peças desenhadas, nomeadamente:

1. Maciço de proteção em betão - desenho n.º 25A;
2. Vala tipo – Rede de abastecimento de água – desenho n.º 16A.

Deste modo, a Câmara Municipal, analisada a informação técnica e os seus anexos, delibera, nos termos dos artigos 61.º e 64.º, do Código dos Contratos Públicos:

- a) **Aceitar os erros e omissões identificados no ponto 3 da Informação técnica, que se dá por reproduzida;**
- b) **Rejeitar todos os restantes erros e omissões apresentados pelos interessados;**
- c) **Fixar como preço base da obra o valor de 356.005,17 euros, a que acresce IVA à taxa legal;**
- d) **Prorrogar o prazo fixado para a apresentação das propostas em 20 dias, a contar da publicitação de aviso no Diário da República;**
- e) **Aprovar o mapa final de quantidades e as duas peças desenhadas a juntar ao processo e que se dão por reproduzidos.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Carlos Logrado ausentou-se na votação do presente processo em virtude de ter dúvida sobre o seu impedimento, uma vez que é proprietário nesta rua.

36 - “RESERVATÓRIO APOIADO DA ZONA DE ABASTECIMENTO DA ESTAÇÃO” - CP N.º 12/2013 - LISTA DE ERROS E OMISSÕES.

39 - Presentes listas de erros e omissões apresentadas por dois interessados, no âmbito do procedimento identificado em epígrafe.

Presente informação técnica, com a refª EM.02.2014, na qual se apreciam as listas de erros e omissões apresentadas.

A Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos:

- a) Retificar a quantidade prevista no artigo 1.9.1.5.3, de 8,0ml, para 12,39ml;
- b) Aprovar as peças desenhadas anexas, que indicam o tipo de armadura das sapatas de fundação da câmara de manobras e o tipo da armadura longitudinal inferior e superior da laje do piso 1 do reservatório;
- c) Rejeitar os restantes erros e omissões apresentados;
- d) Aprovar o mapa final de quantidades;
- e) Prorrogar o prazo para a apresentação das propostas por mais quatro dias.

A deliberação foi tomada por unanimidade.

37 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

40 - O Sport Império Marinhense, solicita à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído, para evento destinado a promover o convívio e a cultura, no dia 11 de janeiro de 2014 das 21:00h às 02:00h;
- Licença especial de ruído, para evento destinado a promover o convívio e a cultura, no dia 25 de janeiro de 2014 das 21:00h às 02:00h;
- Licença especial de ruído, para evento destinado a promover o convívio e a cultura, no dia 8 de fevereiro de 2014 das 21:00h às 02:00h;
- Licenças para colocação de publicidade alusiva aos eventos;

Presente informação nº 1/AF de 06 de janeiro de 2014, fundamentada de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações culturais, desportivas ou recreativas legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal **delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar o Sport Império Marinhense, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças de ruído, e das licenças de publicidade.**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 09/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

38 - ATUALIZAÇÃO DE RENDAS REFERENTES AO BAIRRO DO CAMARNAL VELHO, PRACETA DA LIBERDADE E RUA JÚLIO BRAGA BARROS, AS QUAIS SE ENCONTRAM SOB O REGIME DE RENDA APOIADA, COM ENTRADA EM VIGOR A 01 DE FEVEREIRO DE 2014

41 - Presente informação nº 2511 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento - DCD - datada de 31/12/2013, referente à atualização anual das rendas de habitação social, do Bairro do Camarnal Velho, Praceta da Liberdade e Rua Júlio Braga Barros.

Considerando que os contratos de arrendamento em causa se regem pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio, as rendas atualizam-se, também anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar;

A Câmara analisou a referida informação e nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso da competência prevista na alínea ee), do nº1, do artigo 33.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, proceder à atualização anual das rendas de habitação social constantes nos seguintes quadros:

Camarnal Velho

| MORADOR | FOGO | CONTRATO | RENTA 2013 | RENTA 2014 |
|------------------------|------|------------|------------|------------|
| Albertina Maria Soares | Nº19 | 28/01/2005 | 98,49€ | 85,75€ |

Praceta da Liberdade

| BLOCO | MORADOR | FRACÇÃO | CONTRATO | RENTA 2013 | RENTA 2014 |
|-------|--------------------------|---------|------------|------------|------------|
| 3 | Paulo Alexandre de Sousa | 1ª Esq. | 02/02/2009 | 4,85€ | 4,85€ |

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 09/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

Rua Júlio Braga Barros

| BLOCO | MORADOR | FRACÇÃO | CONTRATO | RENTA 2013 | RENTA 2014 |
|-------|-------------------------|----------|------------|------------|------------|
| 4 | Anabela Oliveira Santos | 4.º Dto. | 01/02/2010 | 49,90€ | 7,99€ |

Mais delibera, que os valores das rendas acima descritas entrem em vigor no dia 01 de fevereiro de 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

39 - REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE AO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA HABITAÇÃO N.º 47, SITA NA RUA BAIRRO DO CAMARNAL – CLÁUDIA MARGARIDA CARDOSO LOPES - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO

42 - Presente informação n.º 2482 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 20 de dezembro do corrente ano, referente à necessidade de reapreciação do valor da renda da habitação social, sita na morada em epígrafe.

Considerando que, o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que, o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que, ficou demonstrada a alteração de rendimentos da família em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda pode ser reajustada a todo o tempo, em função da alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio e, ainda com o n.º 2 do artigo 26.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, proceder à reapreciação da renda de habitação social, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
09/01/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 01

Rua Bairro do Camarnal

| MORADOR | FOGO | DATA CONTRATO | RENDA/13 (JUN.º) | RENDA/14 (FEV.º) |
|-------------------------|------|------------------|---------------------|---------------------|
| Cláudia Margarida Lopes | 47 | 11/05/2013 | 26,99€ | 20,85€ |

Mais delibera que a renda a aplicar, no valor de 20,85€ (vinte euros e oitenta e cinco cêntimos), calculada nos termos do Decreto-Lei, n.º 166/93, de 7 de maio, entre em vigor a partir de 1 de fevereiro de 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4º - PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO INDUSTRIAL NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE: 2014.

Antes de ser votada a proposta, foram tecidas algumas considerações sobre o programa, que se enumeram de forma sucinta.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** referiu que este programa é uma ferramenta importante no combate ao desemprego e os incentivos são muito bem-vindos, devendo a Câmara levar o seu esforço ao limite possível. Entende, por outro lado, que tão importante como ter este programa é haver um plano de comunicação, com o objetivo de difundir o programa localmente e a nível nacional, fazendo dele uma bandeira que diferencie o nosso concelho em termos nacionais. Aprova o programa mas entende que ele pode e deve ser melhorado, alargando-o a outras áreas, nomeadamente aos serviços.

O **Sr. Vereador António Santos** também concorda com o Vereador Carlos Logrado no que diz respeito à comunicação, referindo que deverá ser acautelada a reposição dos incentivos pelo não cumprimento, uma vez que eles, apesar de gerarem riqueza, representam um encargo para a Câmara, suportado pelos impostos de todos. Para dar seguimento ao programa, aprova-o tal como é apresentado.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** concorda em parte com a sugestão do Vereador Logrado, de alargar o incentivo a outras áreas, mas entende que deverão ser analisadas e contempladas num regulamento específico. Assim, entende que agora se deverá aprovar este programa e orientar a ação para a elaboração de um outro para outras áreas.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** entende que este programa é uma boa medida, que já vem do anterior executivo, defendendo por isso a continuação do programa industrial, mas dever-se-á ter alguns cuidados ao alargá-lo à área dos serviços.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira declarou o seguinte:

“PONTO 40. PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO INDUSTRIAL NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE: 2014.

Desde a bolha imobiliária nos EUA, em 2008, as dificuldades têm-se vindo a agudizar. A Câmara podia ter criado condições para que alguns investimentos se tivessem concretizado e outros não tivessem sido transferidos para territórios mais atractivos. O ano passado, em boa hora a Câmara lançou o “Incentivo ao Investimento Industrial”, e, dado que as dificuldades se mantêm, é bom que este programa se estenda por este ano. As questões da redução de prazos de decisão e isenção ou redução de taxas aplicadas nesta medida, são sempre bem-vindas.

No entanto, apesar de enaltecer a iniciativa, até porque já tinha manifestado pessoalmente (e no jornal) a importância de continuar este projecto, devia ser muito mais abrangente. É uma cópia do programa de 2013, com uma única alteração, haver benefício apenas se criarem 3 ou mais postos de trabalho. Uma microempresa (menos de 5 trabalhadores) se admitir 2 pessoas (aumenta 40%) não tem direito a este benefício. Sugiro ainda que o programa abranja outras actividades (e não apenas a indústria), dada a relevância na nossa terra. Como exemplo as empresas de serviços Alfaloc e Gecim, ou empresas de engenharia, que felizmente têm crescido na Marinha Grande, não sendo empresas industriais, se pretenderem aumentar a sua área, mesmo que admitam dezenas de trabalhadores, não são contemplados com este programa. Não posso concordar, e acho que podíamos ter evoluído desde o programa 2013.

Também não concordo que o Sr. Presidente tenha apresentado ontem à agência Lusa, antes de aprovar na reunião de câmara, acho ser uma má prática, como já tenho referido.”

Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente referiu que vai colocar à votação o programa, tal como foi apresentado, sob condição de todos irem refletir sobre as suas sugestões e o mesmo poder vir a ser melhorado.

43 - Presente Programa de apoio ao investimento industrial no concelho da Marinha Grande: 2014, que se dá por reproduzido.

Considerando que o concelho da Marinha Grande é marcadamente industrial e que essa constitui a sua marca de referência.

Considerando a gravidade da situação económica e social que atravessa o país, cujo traço mais negativo é o nível de desemprego registado.

Considerando que não cabe ao Município da Marinha Grande adotar uma política global de promoção do emprego.

Considerando que, no âmbito das suas competências, esta autarquia pode criar condições que favoreçam o investimento industrial.

Considerando que a criação de emprego por parte dos investidores deve ser o critério determinante na definição de medidas que favoreçam o investimento industrial.

Assim, a Câmara Municipal delibera aprovar o Programa de apoio ao investimento industrial no concelho da Marinha Grande: 2014.

Mais delibera que os processos pendentes a 31 de dezembro de 2013 devem ser apreciados de acordo com os critérios fixados pela deliberação camarária n.º 314, de 4 de abril de 2013.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

41 - RESUMO DE TESOUREARIA

Presente Resumo Diário da Tesouraria Municipal N.º 252, referente ao dia trinta de dezembro de dois mil e treze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **3.703.602,61 €** (três milhões, setecentos e três mil, seiscentos e dois euros e sessenta e um cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

42 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

A concessão do período para intervenção do público foi efetuada no início da reunião, após o período de antes da ordem do dia.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

44 - De acordo com o previsto no art.º 19º do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

- 43. REQ. N.º 2118/13 , DATADO DE 31/12/2013 – PC N.º 441/13, DATADO DE 26/11/2013 – VERA LUCI MENDES VINAGRE FERREIRA ARTILHEIRO
- 44. REQ. N.º 2120/13, DATADO DE 31/12/2013 – PC N.º 213/13, DATADO DE 10/07/2013 – AFONSO MANUEL ROLDAO
- 45. REQ. N.º 785/13, DATADO DE 23/05/2013 – PC N.º 859/04, DATADO DE 07/12/2004 – RODRIGO JOSÉ MATOS DE SOUSA
- 46. REQ. N. 1538/13, DATADO DE 25/09/2013– PC N.º 166/12, DATADO DE 14/06/2012 – ELISABETE DOS SANTOS BRANCO FIGUEIRA RAMA E MARIA ISABEL DOS SANTOS BRANCO ÓRFÃO

47. REQ. N. 2022/13, DATADO DE 10/12/2013 – PC N.º 416/13, DATADO DE 31/10/2013 – TELMO GOMES
48. REQ. N. 1926/13, DATADO DE 26/11/2013 – PC N.º 116/13, DATADO DE 23/04/2013 – CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A. E PT COMUNICAÇÕES, S.A.
49. REQ. N. 1697/13 , DATADO DE 21/10/2013 – PC N.º 843-10 , DATADO DE 13/09/2010 – MANUEL LEAL DUARTE E OUTROS
50. REQ. N. 2591/09, DATADO DE 02/10/2009 – PC N.º 152/08, DATADO DE 18/04/2008 – NELSON EDGAR GOMES PEREIRA
51. REQ. N. 1397/11, DATADO DE 11/07/2011 – PC N.º 428/06, DATADO DE 28/06/2006 – CIDÁLIA LIBERATO SANTOS
52. REQ. N. 24/14, DATADO DE 08/01/2014 – PC N.º 3/14, DATADO DE 08/01/2014 – LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
53. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

43 - REQ. N.º 2118/13 , DATADO DE 31/12/2013 – PC N.º 441/13, DATADO DE 26/11/2013 – VERA LUCI MENDES VINAGRE FERREIRA ARTILHEIRO

45 - Presente requerente n.º 2118/13, datado de 2013/12/31, constante do processo camarário n.º 441/13, subscrito por VERA LUCI MENDES VINAGRE FERREIRA ARTILHEIRO, com o NIF 233933840, residente na Rua 10 de Junho, n.º 8, lugar de Moita, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua 10 de Junho, lugar de Moita, freguesia de Moita, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 987 e inscrito na matriz rústica sob o artigo n.º 682 da referida freguesia de Moita.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2013/01/07.

Após análise do pedido de licenciamento da obra de “Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua 10 de Junho, lugar de Moita, freguesia de Moita, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 987 e inscrito na matriz rústica sob o artigo n.º 682 da referida freguesia de Moita, com o número de processo 441/13, com data de entrada em 2013/11/26, apresentado por VERA LUCI MENDES VINAGRE FERREIRA ARTILHEIRO, NIF n.º 233933840, residente na Rua 10 de Junho, n.º 8, lugar de Moita, freguesia de Moita,

concelho de Marinha Grande, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera APROVAR o projeto de arquitetura, com o condicionalismo da apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**44 - REQ. N.º 2120/13, DATADO DE 31/12/2013 – PC N.º 213/13, DATADO DE 10/07/2013
– AFONSO MANUEL ROLDAO**

46 - Presente pedido com o registo n.º 2120/13, datado de 31/12/2013 relativo a **legalização de um edifício destinado a armazém**, existente na Avenida Engenheiro Arala Pinto, n.º 54 e 56, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.100 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 15.104, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 213/13, com data de entrada de 10/07/2013, apresentado por **AFONSO MANUEL ROLDAO**, com o NIF 117852040, residente na Avenida 1.º de Maio, n.º 161, Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 31/10/2013;

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente informação técnica, datada de 6/01/2014, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade devidamente instruídos, de acordo com o n.º 5 do n.º 11 da Portaria n.º 232/20108, de 11 de março;

Presente informação técnica, datada de 7/01/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto- Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a **legalização de um edifício destinado a armazém**, existente na Avenida Engenheiro Arala Pinto, n.º 54 e 56, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.100 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 15.104, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 213/13, com data de entrada de 10/07/2013, apresentado por **AFONSO MANUEL ROLDAO**, com o NIF 117 852 040, residente na Avenida 1.º de Maio, n.º 161, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 – Deverá, de acordo com o disposto no artigo 80.º-A do mesmo diploma legal, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

4.- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

45 - REQ. N.º 785/13, DATADO DE 23/05/2013 – PC N.º 859/04, DATADO DE 07/12/2004 – RODRIGO JOSÉ MATOS DE SOUSA

47 - Presente requerimento n.º 785/13, datado de 2013/05/23, constante do processo camarário n.º 859/04, subscrito por **RODRIGO JOSÉ MATOS DE SOUSA**, NIF n.º 105948160, com residência na Urbanização Quinta do Promotor, Cozelhas, n.º 7, freguesia de Santo António dos Olivais, concelho de Coimbra, a solicitar o **licenciamento da obra de “Construção de edifício habitacional e comercial”**, composto por cave e três pisos, num total de 22 fogos habitacionais de tipologia T3 e 2 frações destinadas a comércio, sendo a cave destinada a estacionamento automóvel, incidente sobre um prédio urbano sito no lugar de Ordem, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 11466 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 9769, da freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande.

Presentes projetos das infraestruturas relativos às obras de urbanização necessárias à execução do arruamento proposto, entre o cruzamento da Rua Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro e a Rua das Pexinas, dispondo de parecer técnico favorável dos serviços.

Presente Título n.º 2012.000971.000T.A.CO.CON referente à **“AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS PARA CONSTRUÇÃO”**, emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente, relativo à obra de implantação do sistema para descarga de águas pluviais.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2014/01/06, propondo a aprovação dos projetos de arquitetura e das infraestruturas relativas às obras de urbanização apresentados.

Após análise do pedido de licenciamento da obra de “Construção de Edifício Habitacional e Comercial”, composto por cave e três pisos, num total de 22 fogos habitacionais de tipologia T3 e 2 frações destinadas a comércio, sendo a cave destinada a estacionamento automóvel, incidente sobre um prédio urbano sito no lugar de Ordem, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 11466 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 9769, da freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, com o número de processo 859/04, com data de entrada em 2004/12/07, apresentado por RODRIGO JOSÉ MATOS DE SOUSA, NIF n.º 105948160, com residência na Urbanização Quinta do Promotor, Cozelhas, n.º 7, freguesia de Santo António dos Olivais, concelho de Coimbra, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera aprovar os projetos de arquitetura e das infraestruturas relativos às obras de urbanização necessárias à execução do arruamento proposto, entre o cruzamento da Rua Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro e a Rua das Pexinas, com os seguintes condicionalismos:

1. Prestar caução destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização, nos termos do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, no valor de 156.904,30€ (cento e cinquenta e seis mil novecentos e quatro euros e trinta centésimos), referente às seguintes componentes:

| PROJETO | VALOR (S/ IVA) | VALOR (C/ IVA) |
|--|----------------|----------------|
| INFRAESTRUTURAS ELÉTRICAS | 43.596,54 € | 53.623,75 € |
| ITUR | 12.784,43 € | 15.724,85 € |
| REDE DE ABASTECIMENTO DE GÁS | 10.898,50 € | 13.405,16 € |
| REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA | 3.050,00 € | 3.751,50 € |
| REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS PLUVIAIS | 6.670,00 € | 8.204,10 € |
| REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS | 675,00 € | 830,25 € |
| INFRAESTRUTURA VIÁRIA (ARRUAMENTO) | 49.890,00 € | 61.364,70 € |
| TOTAL | 127.564,47 € | 156.904,30 € |

2. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, adiante RJUE.

3. Apresentação, em igual período, da renovação do Título n.º 2012.000971.000T.A.CO.CON referente à “**AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS PARA CONSTRUÇÃO**”, emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente, relativo à obra de implantação do sistema para descarga de águas pluviais.
4. Instalação da bateria de recipientes postais domiciliários de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. De acordo com a alínea *a)* do n.º 1 do art. 24.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, adiante RMEUMMG, e para efeitos do disposto no n.º 5 do art. 44.º do RJUE, consideram-se de “*impacte urbanístico relevante*”, as operações urbanísticas que envolvam uma sobrecarga dos níveis de serviço nas infraestruturas (vias de acesso, tráfego e estacionamento), nomeadamente “*(...)Toda e qualquer construção que disponha de número igual ou superior a 9 frações ou unidades autónomas;*”, como é o caso.
2. De acordo com o n.º 2 do RMEUMMG, a operação urbanística em causa fica sujeita ao disposto nos artigos 45.º e 66.º do RJUE.
3. De acordo o art. 122.º do RMEUMMG, a realização de operações urbanísticas consideradas de “*impacte urbanístico relevante*” ficam ainda sujeitas ao pagamento da “*Taxa devida pela realização, manutenção e reforço de infra estruturas urbanísticas.*”, bem como ao pagamento da “*Compensação*” prevista no art. 126.º do RMEUMMG, pelo facto não prever quaisquer cedências destinadas à implantação de espaços verdes públicos e equipamentos de utilização coletiva.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

46 - REQ. N. 1538/13, DATADO DE 25/09/2013— PC N.º 166/12, DATADO DE 14/06/2012 — ELISABETE DOS SANTOS BRANCO FIGUEIRA RAMA E MARIA ISABEL DOS SANTOS BRANCO ÓRFÃO

48 - Presentes requerimentos, com registo de entrada n.º 1009/12 e n.º 1538/13, registados a 2012/06/14, e a 2013/09/25, respetivamente, constantes do processo n.º 166/12, a solicitar a certificação de destaque de parcela, o licenciamento de obras de demolição, licenciamento de obras de alteração e ampliação de uma moradia (legalização) e o licenciamento de construção de anexo e de muros (legalização), erigidos no prédio sito na Rua dos Cravos n.º 6, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4013 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3942, apresentado por **ELISABETE DOS SANTOS BRANCO FIGUEIRA RAMA** e por **MARIA ISABEL DOS SANTOS BRANCO ÓRFÃO**, com os NIF 111607264 e 115252842, respetivamente, residentes na Rua dos Cravos, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presentes informações técnicas, datadas de 2012/06/14, 2012/07/04, 2013/12/17 e 2013/12/20, que referem que os pedidos formulados com vista à certificação de destaque e ao projeto de arquitetura com vista ao licenciamento (legalização) de construções e demolição de construções não se encontram aptos a serem aprovados.

Após análise do pedido de certificação de destaque de parcela, o licenciamento de obras de demolição, licenciamento de obras de alteração e ampliação de uma moradia (legalização) e o licenciamento de construção de anexo e de muros (legalização), erigidos no prédio sito na Rua dos Cravos n.º 6, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4013 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3942, com o n.º de processo 166/2012, apresentado por ELISABETE DOS SANTOS BRANCO FIGUEIRA RAMA e por MARIA ISABEL DOS SANTOS BRANCO ÓRFÃO, com o NIF 111607264 e 115252842, respetivamente, por ELISABETE DOS SANTOS BRANCO FIGUEIRA RAMA e por MARIA ISABEL DOS SANTOS BRANCO ÓRFÃO, com os NIF 111607264 e 115252842, respetivamente, residentes na Rua dos Cravos, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como das informações técnicas de 2012/06/14, 2012/07/04, 2013/12/17 e 2013/12/20, a Câmara Municipal delibera notificar as requerentes, nos termos do artigo 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciarem em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, por os pedidos formulados violarem, nos termos do n.º 1, alínea a) do artigo 24.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, as seguintes normas legais e regulamentares aplicáveis:

- Destaque

a) Persistem em falta os elementos descritos nas alíneas b), d), e g) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 6º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização da Marinha Grande em vigor – RMEUMMG:

- Certidão atualizada do teor matricial do prédio, emitida pelo Serviço de Finanças;

- Completar a memória descritiva do pedido com indicação da área cedência ao domínio público e a demonstração da adequação da operação urbanística requerida ao PDMMG, nos termos do disposto no artigo 6º n.º 8 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

- Planta à escala 1:200 ou 1:500, com delimitação da área total do prédio originário (registado), suas confrontações, áreas da parcela a destacar e da parcela remanescente, respetivas confrontações, implantação de edificações existentes e suas áreas.

b) O conteúdo da peça gráfica e da peça escrita do pedido não corrobora a descrição do prédio registado constante na certidão da Conservatória do Registo Predial, no que respeita a áreas e confrontações.

- Obra de demolição

O requerente não formalizar o pedido, nem entregar os elementos descritos nas alíneas c) e m) do n.º 1 do n.º 13º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de março:

-Termos de responsabilidade assinados pelo diretor de fiscalização de obra e pelo diretor de obra;

- Memória descritiva esclarecendo devidamente a pretensão, descrevendo sumariamente o estado de conservação do imóvel com junção de elementos fotográficos, enunciando as razões demonstradoras da impossibilidade de recurso a outra solução, indicando os prazos em que se propõe iniciar e concluir a obra, as técnicas de demolição a utilizar, as quais são acompanhadas de peças escritas e desenhadas justificativas das mesmas, bem como o local de depósito dos entulhos.

- Obras de alteração e ampliação da moradia

O projeto apresentado viola normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente:

1- O Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU):

a) O artigo 66º n.º 1, por não respeitar o número de compartimentos de habitação e áreas mínimas:

“Artigo 66.º (Redação do Decreto-Lei n.º 650/75, de 18 de Novembro)

1. Os compartimentos de habitação não poderão ser em número e área inferiores aos indicados no quadro seguinte:

| | Número de compartimentos e tipo do fogo | | | | | | | |
|-----------------------------|---|---------|---------|---------|---------|---------|---------|----------------------------------|
| | 2 To | 3 T1 | 4 T2 | 5 T3 | 6 T4 | 7 T5 | 8 T6 | Mais de 8 Tx > 6 |
| | Áreas em metros quadrados | | | | | | | |
| Quarto casal | - | 10,5 | 10,5 | 10,5 | 10,5 | 10,5 | 10,5 | 10,5 |
| Quarto duplo | - | - | 9 | 9 | 9 | 9 | 9 | 9 |
| Quarto duplo | - | - | - | 9 | 9 | 9 | 9 | 9 |
| Quarto simples..... | - | - | - | - | - | 9 | 9 | 9 |
| Quarto simples..... | - | - | - | - | 6,5 | 6,5 | 6,5 | 6,5 |
| Sala | - | - | - | - | - | - | 6,5 | 6,5 |
| Cozinha | 10 | 10 | 12 | 12 | 12 | 16 | 16 | 16 |
| Supl. de área obrigatório . | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 |
| | 6 | 4 | 6 | 8 | 8 | 8 | 10 | (x+4) m2 (x = n.º de quartos) |

b) O compartimento designado por sala comum não assegura as exigências do artigo 69º n.º 1 alínea d) do RGEU, por a mesma apresentar área superior a 15 m2 e comprimento superior ao dobro da largura;

“Artigo 69.º (Redação do Decreto-Lei n.º 650/75, de 18 de Novembro)

1. As dimensões dos compartimentos das habitações referidas no n.º 1 do artigo 66.º obedecerão as exigências seguintes:

a) ...

b) ...

c) ...

d) Quando a respetiva área for maior ou igual a 15m², o comprimento não poderá exceder o dobro da largura, ressalvando-se as situações em que nas duas paredes opostas mais afastadas se pratiquem vãos, sem prejuízo de que possa inscrever-se nessa área um círculo de diâmetro não inferior a 2,70m."

c) O artigo 71.^o n.º 1, dado designarem-se compartimentos habitáveis a compartimentos sem vãos de iluminação e ventilação:

"Artigo 71.^o (Redação do Decreto-Lei n.º 650/75, de 18 de Novembro)

1- Os compartimentos das habitações referidos no n.º 1 do artigo 66.º serão sempre iluminados e ventilados por um ou mais vãos praticados nas paredes, em comunicação direta com o exterior e cuja área total não será inferior a um décimo da área do compartimento com o mínimo de 1,08m² medidos no tecto."

2- O Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios - Portaria n.º 1532/2008, de 29/de dezembro, artigo 65.^o n.º 3 alíneas b) e c) do n.º 3:

"Artigo 65.^o

Características das escadas (...)

3 — Nas escadas curvas, os lanços devem ter:

a) (...)

b) Largura mínima dos cobertores dos degraus, medida a 0,6 m da face interior da escada, de 0,28 m;

c) Largura máxima dos cobertores dos degraus, medida na face exterior da escada, de 0,42 m."

Mais se constata que os elementos apresentados pelo requerimento n.º 1538/13, de 2013/09/25, não vieram sanar todas as deficiências instrutórias do pedido, comunicadas em fase de saneamento e apreciação liminar, pelo ofício n.º 654/12, de 2012/07/24, encontrando-se em falta:

a) A ficha estatística devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar, nos termos da alínea o) do n.º 1 do n.º 11.^o da Portaria n.º 232/2008, de 11 de março;

b) O termo de responsabilidade do coordenador dos projetos, que ateste a compatibilidade entre os mesmos, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 10.^o do RJUE;

c) A Memória descritiva e justificativa contendo o enquadramento da pretensão no plano municipal de ordenamento do território vigente e operação de loteamento se existir, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 4 do n.º 11.^o da Portaria n.º 232/2008, de 11 de março;

d) Planta de implantação à escala de 1:200 ou superior, desenhada sobre levantamento topográfico do terreno e área envolvente numa extensão de 20m a contar dos limites do prédio, incluindo o arruamento de acesso, com indicação das dimensões e área do terreno, (inicial e final), área de cedência ao domínio público, áreas impermeabilizadas e respetivo material, com cotas altimétricas e planimétricas, contendo a delimitação do prédio na sua totalidade, a implantação do edifício projetado, incluindo corpos balanceados, escadas, varandas, cotados em relação às extremas, as construções

existentes, maciços arbóreos, indicação dos lugares de estacionamento, sempre que estes não sejam criados no interior do edifício, indicação da localização dos contadores ou baterias de contadores e recetáculos postais, inscrição de todas as confrontações e ainda as condicionantes existentes, designadamente linhas de água e infraestruturas;

e) Planta da cobertura que deverá indicar, conforme os casos, tubos de ventilação de instalações sanitárias, tubos de ventilação do sistema de esgotos, tubo de queda de drenagem de águas pluviais, fugas e material empregue nas chaminés e escadas de acesso, se as houver;

f) A utilização das cores convencionais no projeto (a amarelo e vermelho) em caso de alterações e a azul a identificação das partes a legalizar, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 63.º do RMEUMMG.

g) Planta de implantação, contendo a previsão da execução de passeio com a largura de 1,50m, de acordo com o n.º 3 do artigo 19.º do RMEUMMG.

Dado que o muro de vedação existente irá ser alterado, recuando a sua implantação para permitir a execução do referido passeio, a sua nova configuração deve obedecer ao previsto no artigo 18.º do RMEUMMG.

Tais alterações implicam a apresentação de peças escritas e gráficas relativas ao muro de vedação, nomeadamente, memória descritiva e justificativa, planta, alçados e corte.

Mais delibera informar as requerentes do seguinte:

1- Tratando-se de pedido que compreende três operações urbanísticas distintas – certificação destaque de parcela de terreno, licenciamento de obra de demolição e licenciamento de obras de alteração, ampliação e construção - o processo deverá ser revisto de modo a garantir a adequada e distinta organização de cada um dos pedidos;

2- Tal como comunicado pelo ofício n.º 654/12, de 2012/07/24, assente na descrição patente na memória descritiva e justificativa do pedido de que o terreno corresponde a um lote, uma vez mais se informa que deverá ser indicado o processo de loteamento de que provém o referido lote.

Caso o prédio constitua uma parcela autónoma de terreno, não é admissível a utilização, nas peças gráficas e escritas do processo, do termo “lote”; 3- Face à existência de poço no prédio, caso o meio de extração dos recursos hídricos seja superior a 5 cv, devem as requerentes fazer prova de posse de título de utilização para captação de água subterrânea, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 226- A/2007, de 31 de maio, e Despacho n.º 14872/2009, de 02 de julho.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

47 - REQ. N. 2022/13, DATADO DE 10/12/2013 – PC N.º 416/13, DATADO DE 31/10/2013 – TELMO GOMES

49 - Presentes requerimentos, com registo de entrada n.º 1769/13 e n.º 2022, datados de 2013/10/31 e de 2013/12/10, respetivamente, processo n.º 416/2013, a solicitar o licenciamento de alterações efetuadas na moradia, bem como o licenciamento de obra de

construção de anexo de apoio da habitação (legalização), sita na Rua Maria Vitória, n.º 15, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio com 1070 m2, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1962 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19730, apresentado por **TELMO GOMES**, com o NIF 115233920, residente na Rua Carlos de Jesus Vareda, n.º 30, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 2013/12/19, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a ser aprovado.

Presente informação técnica, datada de 2014/01/08, que refere não ser aceitável a dispensa da apresentação do termo de responsabilidade da rede de gás.

Após análise do pedido de licenciamento da construção de uma moradia, o licenciamento de alterações efetuadas na moradia, bem como o licenciamento de obra de construção de anexo de apoio da habitação (legalização), sita na Rua Maria Vitória, n.º 15, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, erigidos no prédio com 1070 m2, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1962 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19730, com o n.º de processo 416/2013, apresentado TELMO GOMES, com o NIF 115233920, residente na Rua Carlos de Jesus Vareda, n.º 30, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como da informação técnica de 2013/12/19, a Câmara Municipal delibera notificar o requerente, nos termos do artigo 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, por o projeto de arquitetura violar, nos termos do n.º 1, alínea a) do artigo 24.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, norma legal por prever cobertura com telha em chapa de fibrocimento, sendo que a “telha de fibrocimento” contém fibras de amianto, substância proibida pelo Decreto-Lei n.º 101/2005, de 23/07, diploma que transpõe para a Ordem Jurídica Interna a Diretiva n.º 1999/77/CE de 26/07, da Comissão Europeia, relativa à limitação da colocação e da utilização de algumas substâncias perigosas.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- a) Deverá apresentar termo de responsabilidade da rede de gás, passado por instalador credenciado.
- b) A revisão do projeto de arquitetura deve ainda ter em conta a localização da chaminé de exaustão das lareiras da adega e da sala, constante no corte AB e alçados, comparativamente à sua localização nas plantas do sótão e da cobertura.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

48 - REQ. N. 1926/13, DATADO DE 26/11/2013 – PC N.º 116/13, DATADO DE 23/04/2013 – CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A. E PT COMUNICAÇÕES, S.A.

50 - Presente processo n.º 166/13 referente ao **pedido de certificação de propriedade horizontal**, do edifício sito na Av. Vítor Gallo, s/n.º, lugar, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8611 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7861, apresentado por **CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.**, NIPC 500077568, com sede na Rua de São José, n.º 20, freguesia de São José, Lisboa, e **PT COMUNICAÇÕES, S.A.**, com NIPC 504615947, com sede na Rua Andrade Corvo, n.º 6, freguesia de São Jorge de Arroios, município de Lisboa. Presentes alegações escritas das requerentes, apresentada em sede de audiência prévia através do requerimento n.º 1926, com registo em 2013/11/26. Presente informação técnica, datada de 2013/12/18.

A Câmara Municipal depois de analisar as alegações escritas apresentadas em sede de audiência prévia, por CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A., NIPC 500077568, com sede na Rua de São José, n.º 20, freguesia de São José, município de Lisboa, e PT COMUNICAÇÕES, S.A., com NIPC 504615947, com sede na Rua Andrade Corvo, n.º 6, freguesia de São Jorge de Arroios, município de Lisboa, bem como a informação técnica, datada de 2013/12/18, que se debruçou sobre as mesmas e considerando que os factos apresentados não constituem motivo para alterar o projeto de deliberação, notificado pelo ofício n.º 1124/13 de 2013/11/04, com receção ocorrida a 213/11/06, por o edifício sito Av. Vítor Gallo, s/n.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, erigido no prédio com 1.072,50 m2, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8.611 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7.861, com processos de licenciamento municipal n.º 1739/1982, aprovado em 22/08/1984 e em 04/16/1986, n.º 49/1989, aprovado em 01/03/1989, n.º 836/1991, aprovado em 17/08/1991, com alvará de licença de construção n.º 1029, e n.º 259/1994, aprovado em 18/08/1994 e 09/02/1995, relativos à construção, ampliação e alteração de edifício destinado a habitação, comércio e/ou serviços, delibera INDEFERIR o pedido, nos termos do n.º 1 alínea a) do artigo 24º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, por não se encontrarem reunidos os requisitos legalmente exigidos para a certificação do edifício ao em regime de propriedade horizontal, nos termos do n.º 3 do artigo 1418º do Código Civil, designadamente por a finalidade descrita no pedido para a fração C (indústria) não se conformarem com a finalidade prevista no projeto aprovado (comércio e/ou serviços), assim como, as áreas de cada fração e consequente valor relativo das mesmas não se conformar com o ultimo projeto aprovado, em resultado da alteração introduzida na obra com a supressão da caixa de escada individual para a habitação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

49 - REQ. N. 1697/13 , DATADO DE 21/10/2013 – PC N.º 843-10 , DATADO DE 13/09/2010 – MANUEL LEAL DUARTE E OUTROS

51 - Presente requerimento n.º 1697/13, datado de 2013/10/21, constante do processo camarário n.º 843-10, referente ao "*Pedido de emissão de certidão de destaque de parcela*", a incidir sobre o prédio inscrito e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande, sob o n.º 17.147, com a área total de 2.968m², contendo o artigo matricial n.º 7353 (urbano), localizado na Rua da Palmeira, n.º 35, lugar de Gaeiras, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2013/01/08, que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários ao deferimento da operação de destaque requerida, bem como à emissão da respetiva certidão comprovativa.

Após análise da pretensão, bem como o referido parecer técnico datado de 2013/01/08, a Câmara delibera DEFERIR a operação de destaque em referência, por se encontrarem reunidas as condições expressas no n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, dado o prédio se situar em perímetro urbano e as duas parcelas resultantes do destaque, confrontarem com arruamento público.

Mais delibera MANDAR EMITIR A RESPETIVA CERTIDÃO de destaque para efeitos de registo predial, nos termos do n.º 9 daquele diploma, devendo nela constar a obrigatoriedade de inscrição do ónus de não fracionamento das parcelas resultantes do destaque, por um período de 10 anos contados da data do mesmo, nos termos do n.º 6 e n.º 7 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, sem o que não poderá ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

50 - REQ. N. 2591/09, DATADO DE 02/10/2009 – PC N.º 152/08, DATADO DE 18/04/2008 – NELSON EDGAR GOMES PEREIRA

52 - O presente projeto de pedido de licenciamento refere-se à obra de **construção de anexos**, a que foi atribuído o número de processo 152/08, localizado num prédio sito em Tojeiras, Lugar de Garcia, Freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15.465 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18.141, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por **Nelson Edgar Gomes Pereira**, com o NIF n.º 220088713, residente na Rua do Rego, n.º 11, Lugar de Garcia, Freguesia de Marinha Grande.

Presente informação técnica datada de 08/01/2014, sobre o limite do prazo para requerer a emissão do alvará.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 08/01/2014 que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

1. Considerando que o interessado, Nelson Edgar Gomes Pereira, com o NIF n.º 220088713, residente na Rua do Rego, n.º 11, Lugar de Garcia, Freguesia de Marinha Grande foi notificado da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento referente à obra de construção de anexos, a que foi atribuído o número de processo 152/08, localizado num prédio sito em Tojeiras, Lugar de Garcia, Freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15.465 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18.141, da referida freguesia de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 26/11/2009, através do ofício n.º 1874/09, datado de 11/12/2009, rececionado a 15/12/2009;
2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 16/12/2010 (n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e da Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro – RJUE);
3. Considerando que, por aplicação da duplicação automática do prazo para requerer a emissão do alvará, prevista no art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, o interessado tinha até ao dia 16/12/2011 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;
4. Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – nº 2 do artigo 71.º do RJUE;
5. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente à obra de construção de anexos, a que foi atribuído o número de processo 152/08, localizado num prédio sito em Tojeiras, Lugar de Garcia, Freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15.465 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18.141, da referida freguesia de Marinha Grande, delibera, ao abrigo do n.º 5 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA, notificar o requerente, Nelson Edgar Gomes Pereira, com o NIF n.º 220088713, residente na Rua do Rego, n.º 11, Lugar de Garcia, Freguesia de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de declaração de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

51 - REQ. N. 1397/11, DATADO DE 11/07/2011 – PC N.º 428/06, DATADO DE 28/06/2006 – CIDÁLIA LIBERATO SANTOS

53 - O presente processo refere-se ao pedido de licenciamento referente à obra de construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo 428/06, incidente sobre um prédio rústico sito em Rua das Laranjeiras, lugar de Pero Neto, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por **Cidália Liberato Santos**, NIF n.º 210093463, residente na Rua da Várzea, n.º 19, Freguesia de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 24/06/2010. Presente informação técnica datada de 06/01/2014, sobre o limite do prazo concedido à requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 24/06/2010, foi deferido o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento de construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, incidentes sobre um prédio rústico sito em Rua das Laranjeiras, lugar de Pero Neto, Freguesia de Marinha Grande.

- A titular do processo de licenciamento nº 428/06, Cidália Liberato Santos, NIF n.º 210093463, residente na Rua da Várzea, n.º 19, Freguesia de Marinha Grande, foi regularmente notificada pelo ofício nº 1284/13, de 02/12/2013, rececionado em 04/12/2013, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto de licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;

- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 26/12/2013;

- Durante este prazo a titular do processo nada alegou;

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um de um ano previsto no nº 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, sem que a titular do processo nº 428/06, Cidália Liberato Santos, tenha solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE, delibera declarar a caducidade do licenciamento de construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, incidente sobre um prédio rústico sito em Rua das Laranjeiras, lugar de Pero Neto, Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no nº 2 do mesmo artigo e diploma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

52 - REQ. N. 24/14, DATADO DE 08/01/2014 – PC N.º 3/14, DATADO DE 08/01/2014 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

54 - Presente pedido de ocupação da via pública, registado sob o n.º 24/14, datado de 08/01/2014, apresentado por Lusitaniagás -Companhia de Gás do Centro, S.A., para abertura

de vala em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural designadamente Rua de Ansião, n.º 15; Rua da Cabine às Trutas, Rua 42, n.º 44; Rua do Alto Douro (Trutas); e Rua Eng.º Barros Gomes, n.º 1, todas da Freguesia da Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 30/12/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala, em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural designadamente Rua de Ansião, n.º 15; Rua da Cabine às Trutas, Rua 42, n.º 44; Rua do Alto Douro (Trutas); e Rua Eng.º Barros Gomes, n.º 1, todas da Freguesia da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução das obras
- Deverá ser promovida a reposição da sinalização horizontal eventualmente danificada;
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

53 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

55 - O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, solicita à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído, para um concerto de bandas a realizar na Coletividade da Ordem, integrado nas comemorações do 18 de janeiro de 1934;
- Emissão de parecer para a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, cujo lançamento, integrado nas referidas comemorações, ocorrerá no Parque Municipal de Exposições.

Relativamente ao lançamento de fogo-de-artifício e da análise da pretensão, apesar de não constar expressamente o pedido de isenção, verificamos que a emissão do referido parecer está sujeito ao pagamento da taxa prevista no artigo 48.º da Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, no valor de 115,45€.

